

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	8
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	17
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	18
Demonstração do Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	44
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	76
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	78
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	79
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	80

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	68.889
Preferenciais	0
Total	68.889
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Açã
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	25/04/2012	Dividendo	14/05/2012	Ordinária		1,746

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	2.127.215	2.014.998
1.01	Ativo Circulante	246.676	208.647
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	21.384	18.448
1.01.03	Contas a Receber	144.294	128.584
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	144.294	128.584
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Partes Relacionadas	144.294	128.584
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.959	10.015
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	9.959	10.015
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	9.959	10.015
1.01.07	Despesas Antecipadas	271	149
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	70.768	51.451
1.01.08.03	Outros	70.768	51.451
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	70.173	50.920
1.01.08.03.03	Outros Créditos	595	531
1.02	Ativo Não Circulante	1.880.539	1.806.351
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	375.522	375.434
1.02.01.03	Contas a Receber	124	112
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	124	112
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	371.000	371.000
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	371.000	371.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.398	4.322
1.02.01.09.03	Depósito Judiciais	4.398	4.322
1.02.02	Investimentos	1.499.104	1.424.963
1.02.02.01	Participações Societárias	1.499.104	1.424.963
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.498.051	1.423.910
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.053	1.053
1.02.03	Imobilizado	5.503	5.508
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.503	5.508
1.02.04	Intangível	410	446
1.02.04.01	Intangíveis	410	446

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	2.127.215	2.014.998
2.01	Passivo Circulante	169.107	158.231
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.891	6.293
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7.891	6.293
2.01.02	Fornecedores	398	1.211
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	398	1.211
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.080	2.135
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	139.713	128.517
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	139.713	128.517
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	139.713	128.517
2.01.05	Outras Obrigações	19.025	20.075
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	945	2.077
2.01.05.02	Outros	18.080	17.998
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	17.809	17.809
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	13	13
2.01.05.02.05	Outros	258	176
2.02	Passivo Não Circulante	356.000	356.000
2.02.02	Outras Obrigações	356.000	356.000
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	356.000	356.000
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	356.000	356.000
2.03	Patrimônio Líquido	1.602.108	1.500.767
2.03.01	Capital Social Realizado	592.124	592.124
2.03.04	Reservas de Lucros	1.032.255	930.914
2.03.04.01	Reserva Legal	0	60.614
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	870.300
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.271	-22.271

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	101.523	64.062
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.129	-7.393
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-6.994	-5.916
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-1.225	-1.405
3.04.02.03	Tributárias	-910	-72
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.959	2.237
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	106.693	69.218
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	101.523	64.062
3.06	Resultado Financeiro	1.062	3.826
3.06.01	Receitas Financeiras	14.234	16.544
3.06.01.01	Receitas Financeiras	14.226	0
3.06.01.02	Variação Cambial Líquida	8	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-13.172	-12.718
3.06.02.01	Despesas Financeiras	0	-12.711
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	0	-7
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	102.585	67.888
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.244	0
3.08.01	Corrente	-1.244	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	101.341	67.888
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	101.341	67.888
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,47108	0,98547

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	101.341	67.888
4.03	Resultado Abrangente do Período	101.341	67.888

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.247	-2.498
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-106.615	-70.475
6.01.01.01	Depreciações e Amortizações	286	244
6.01.01.02	Baixa de Ativos Permanentes	42	4
6.01.01.03	Juros e Variações Monetárias de Empréstimos	-250	-1.505
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	-106.693	-69.218
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.027	89
6.01.02.01	Contas a Receber	16	0
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	0	-265
6.01.02.03	Despesas Antecipadas	-122	-119
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-1.055	-397
6.01.02.05	Outros Créditos	-64	-33
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-76	-79
6.01.02.07	Outras Contas a Receber	12	2
6.01.02.08	Fornecedores	-813	183
6.01.02.09	Obrigações Sociais	1.598	459
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	2.494	254
6.01.02.11	Contas a Pagar - Partes Relacionadas	-25	-3
6.01.02.12	Cauções Contratuais	-20	0
6.01.02.20	Outras Contas a Pagar	82	87
6.01.03	Outros	101.341	67.888
6.01.03.01	Lucro Líquido do Exercício	101.341	67.888
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	6.183	4.780
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-284	-102
6.02.02	Adições ao Intangível	-3	-39
6.02.04	Adições aos Investimentos	0	-30.000
6.02.06	Recebimento de Dividendos - Exercícios Anteriores	0	30.921
6.02.07	Rendimentos de Juros sobre Capital Próprio	6.470	0
6.02.08	Recebimento de Dividendos	0	4.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.936	2.282
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	18.448	76.906
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	21.384	79.188

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	592.124	0	908.643	0	0	1.500.767
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	592.124	0	908.643	0	0	1.500.767
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	101.341	0	101.341
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	101.341	0	101.341
5.07	Saldos Finais	592.124	0	908.643	101.341	0	1.602.108

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	549.083	0	653.986	0	0	1.203.069
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	549.083	0	653.986	0	0	1.203.069
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	67.888	0	67.888
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	67.888	0	67.888
5.07	Saldos Finais	549.083	0	653.986	67.888	0	1.270.957

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.04	Retenções	-286	-244
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-286	-244
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-286	-244
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	124.939	88.006
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	106.683	69.218
7.06.02	Receitas Financeiras	14.226	16.551
7.06.03	Outros	4.030	2.237
7.06.03.01	Dividendos Recebidos	683	0
7.06.03.02	Outros	3.347	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	124.653	87.762
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	124.653	87.762
7.08.01	Pessoal	2.020	4.752
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.716	4.294
7.08.01.02	Benefícios	139	198
7.08.01.03	F.G.T.S.	165	260
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.153	524
7.08.02.01	Federais	2.119	501
7.08.02.02	Estaduais	22	8
7.08.02.03	Municipais	12	15
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	19.139	1.887
7.08.03.01	Juros	13.173	16
7.08.03.02	Aluguéis	362	0
7.08.03.03	Outras	5.604	1.871
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	101.341	80.599
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	12.711
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	101.341	67.888

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	5.748.122	5.550.279
1.01	Ativo Circulante	1.306.466	1.390.333
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.119.889	1.178.454
1.01.02	Aplicações Financeiras	40.428	67.132
1.01.03	Contas a Receber	90.547	99.253
1.01.03.01	Clientes	90.457	99.159
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	90	94
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Partes Relacionadas	90	94
1.01.04	Estoques	10.760	9.540
1.01.06	Tributos a Recuperar	27.913	25.992
1.01.07	Despesas Antecipadas	12.792	6.294
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.137	3.668
1.01.08.03	Outros	4.137	3.668
1.01.08.03.03	Outros Créditos	4.137	3.668
1.02	Ativo Não Circulante	4.441.656	4.159.946
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	180.576	171.550
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	60.322	56.037
1.02.01.03	Contas a Receber	244	228
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	244	228
1.02.01.06	Tributos Diferidos	104.992	100.651
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	104.992	100.651
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	309	31
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	14.709	14.603
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	14.709	14.603
1.02.02	Investimentos	1.053	1.053
1.02.02.01	Participações Societárias	1.053	1.053
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.053	1.053
1.02.03	Imobilizado	51.312	52.617
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	51.312	52.617
1.02.04	Intangível	4.208.715	3.934.726
1.02.04.01	Intangíveis	4.208.715	3.934.726

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	5.748.122	5.550.279
2.01	Passivo Circulante	931.182	945.480
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	58.713	49.240
2.01.01.01	Obrigações Sociais	58.713	49.240
2.01.02	Fornecedores	108.498	113.541
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	108.498	113.541
2.01.03	Obrigações Fiscais	64.914	63.190
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	413.826	426.332
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	70.756	59.211
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	70.756	59.211
2.01.04.02	Debêntures	343.070	367.121
2.01.05	Outras Obrigações	204.413	196.846
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	923	932
2.01.05.02	Outros	203.490	195.914
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	17.809	17.809
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	39.206	35.556
2.01.05.02.05	Outros	82.650	78.453
2.01.05.02.06	Credores pela Concessão	63.825	64.096
2.01.06	Provisões	80.818	96.331
2.01.06.02	Outras Provisões	80.818	96.331
2.01.06.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	42.453	37.796
2.01.06.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	38.365	58.535
2.02	Passivo Não Circulante	3.313.899	3.206.348
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.689.923	2.672.110
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.566.856	1.471.136
2.02.01.02	Debêntures	1.123.067	1.200.974
2.02.02	Outras Obrigações	282.280	292.685
2.02.02.02	Outros	282.280	292.685
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	277.309	287.196
2.02.02.02.04	Receita Diferida	96	384
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	4.875	5.105
2.02.03	Tributos Diferidos	53.337	46.198
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	53.337	46.198
2.02.04	Provisões	288.359	195.355
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.780	5.656
2.02.04.02	Outras Provisões	282.579	189.699
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	202.361	183.124
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	80.218	6.575
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.503.041	1.398.451
2.03.01	Capital Social Realizado	592.124	592.124
2.03.04	Reservas de Lucros	933.188	828.598
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.271	-22.271

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	732.765	559.338
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-490.142	-359.152
3.02.01	Custos dos Serviços Prestados	-228.743	-216.119
3.02.02	Custos dos Serviços de Construção	-261.399	-143.033
3.03	Resultado Bruto	242.623	200.186
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-38.969	-35.735
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-42.625	-38.114
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-39.532	-34.946
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-3.093	-3.168
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.744	2.670
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.088	-291
3.04.05.01	Tributárias	-1.088	-291
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	203.654	164.451
3.06	Resultado Financeiro	-46.777	-60.665
3.06.01	Receitas Financeiras	40.692	37.004
3.06.01.01	Receitas Financeiras	40.690	0
3.06.01.02	Variação Cambial Líquida	2	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-87.469	-97.669
3.06.02.01	Despesas Financeiras	0	-97.606
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	0	-63
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	156.877	103.786
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-52.287	-33.001
3.08.01	Corrente	-49.489	-32.280
3.08.02	Diferido	-2.798	-721
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	104.590	70.785
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	104.590	70.785
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	104.590	70.785
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,51824	1,02752

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	104.590	70.785
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	104.590	70.785
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	104.590	70.785

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	232.632	292.251
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	150.642	146.219
6.01.01.01	Depreciações e Amortizações	53.877	48.385
6.01.01.02	Baixa de Ativos Permanentes	1.343	9.587
6.01.01.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.798	721
6.01.01.04	Variação Monetária e Juros sobre Credores Pela Concessão	5.383	12.298
6.01.01.05	Receita com Aplicações Vinculadas	-3.157	-2.688
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias de Empréstimos	26.107	17.594
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias de Debêntures	47.297	59.970
6.01.01.08	Despesas Financeiras dos Ajustes a Valor Presente	-2.234	2.657
6.01.01.09	Constituição (reversão) de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	196	-1.446
6.01.01.10	Constituição (reversão) de Provisão para Manutenção	19.032	-859
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-20.231	75.221
6.01.02.01	Contas a Receber	8.702	7.200
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	4	-2
6.01.02.03	Estoques	-1.220	54
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-6.766	-3.390
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-1.337	-3.352
6.01.02.06	Outros Créditos	-469	1.488
6.01.02.07	Cauções Contratuais	-20	0
6.01.02.08	Depósitos Judiciais	-106	-525
6.01.02.09	Outras Contas a Receber	3	3
6.01.02.10	Fornecedores	-11.374	16.381
6.01.02.11	Fornecedores - Partes Relacionadas	-9	6
6.01.02.12	Cauções Contratuais de Fornecedores	-229	1.156
6.01.02.13	Obrigações Sociais	9.595	-1.737
6.01.02.14	Obrigações Fiscais	43.695	25.962
6.01.02.15	Receita Diferida	-288	-375
6.01.02.16	Contas a Pagar - Partes Relacionadas	12.032	81.100
6.01.02.17	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-41.772	-29.943
6.01.02.18	Credores pela Concessão	3	-118
6.01.02.19	Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	-72	-276
6.01.02.20	Pagamento de Juros - Federais	-30.603	-18.411
6.01.03	Outros	102.221	70.811
6.01.03.01	Outros Passivos	-16	26
6.01.03.02	Lucro Líquido do Exercício	104.590	70.785
6.01.03.03	Adiantamento de Seguros	-2.353	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-232.241	-112.789
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-1.755	-4.156
6.02.02	Aquisições de Itens do Intangível	-255.479	-143.959
6.02.04	Aplicação Financeira Vinculada	-97.299	-84.596
6.02.05	Valor Resgatado das Aplicações Vinculadas	122.292	119.922
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-58.956	-110.567
6.03.01	Captações	117.476	43.342

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.03.02	Pagamentos	-9.541	-5.025
6.03.03	Pagamento de Juros	-2.091	-1.789
6.03.04	Pagamento de Debêntures Principal	-84.281	-60.752
6.03.05	Pagamento de Debêntures Juros	-64.973	-72.180
6.03.06	Pagamento de Credores pela Concessão	-15.546	-14.163
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-58.565	68.895
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.178.454	1.168.288
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.119.889	1.237.183

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Oções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldo Iniciais	592.124	0	703.841	0	0	1.295.965	0	1.295.965
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	592.124	0	703.841	0	0	1.295.965	0	1.295.965
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	102.486	0	0	102.486	0	102.486
5.04.06	Dividendos	0	0	102.486	0	0	102.486	0	102.486
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	104.590	0	104.590	0	104.590
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	104.590	0	104.590	0	104.590
5.07	Saldo Finais	592.124	0	806.327	104.590	0	1.503.041	0	1.503.041

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Oções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	549.083	0	537.698	0	0	1.086.781	0	1.086.781
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	549.083	0	537.698	0	0	1.086.781	0	1.086.781
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	70.785	0	70.785	0	70.785
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	70.785	0	70.785	0	70.785
5.07	Saldos Finais	549.083	0	537.698	70.785	0	1.157.566	0	1.157.566

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	781.971	601.596
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	496.496	434.337
7.01.02	Outras Receitas	285.475	167.259
7.01.02.01	Receitas dos Serviços de Construção	261.399	143.033
7.01.02.02	Outras	24.076	24.226
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-399.181	-291.886
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-28.033	-18.453
7.02.04	Outros	-371.148	-273.433
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-40.746	-46.253
7.02.04.02	Custos dos Serviços de Construção	-261.399	-143.033
7.02.04.03	Custo da Concessão	-28.795	-32.244
7.02.04.04	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-37.216	-49.372
7.02.04.05	Outros	-2.992	-2.531
7.03	Valor Adicionado Bruto	382.790	309.710
7.04	Retenções	-53.877	-48.385
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-53.877	-48.385
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	328.913	261.325
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	50.752	44.091
7.06.02	Receitas Financeiras	40.690	37.004
7.06.03	Outros	10.062	7.087
7.06.03.01	Dividendos Recebidos	683	0
7.06.03.02	Juros Capitalizados	5.918	3.442
7.06.03.03	Outros	3.461	3.645
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	379.665	305.416
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	379.665	305.416
7.08.01	Pessoal	66.880	57.411
7.08.01.01	Remuneração Direta	48.625	43.709
7.08.01.02	Benefícios	14.716	10.608
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.539	3.094
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	112.144	83.360
7.08.02.01	Federais	83.080	58.776
7.08.02.02	Estaduais	173	164
7.08.02.03	Municipais	28.891	24.420
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	96.051	93.860
7.08.03.01	Juros	77.423	80.095
7.08.03.02	Aluguéis	2.474	2.717
7.08.03.03	Outras	16.154	11.048
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	5.918	3.442
7.08.03.03.02	Outras	10.236	7.606
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	104.590	70.785
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	104.590	70.785

Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.

Divulgação dos Resultados Consolidados

1º Trimestre de 2012



OHL
Brasil

170,6 MILHÕES DE VEIC. EQ. PEDAGIADOS (+6,1%), REC. LÍQUIDA DE R\$ 732,7 MILHÕES (+31,0%), EBITDA AJUSTADO DE R\$ 303,5 MILHÕES (+15,7%) E LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 104,6 MILHÕES (+47,8%)

AGENDA DE DIVULGAÇÃO
TELECONFERÊNCIA

EM PORTUGUÊS

Sexta-feira (11/05/2012)
10:00 (São Paulo)
09:00 (US Eastern Time)
Tel.: +55 (11) 4688-6361
Código: OHL
Replay: Entre 11/05 e 17/05
Fone: +55 (11) 4688-6312
Código: 2771302

EM INGLÊS

Sexta-feira (11/05/2012)
12:00 (São Paulo)
11:00 (US Eastern Time)
Tel.: +55 (11) 4688-6361
Código: OHL
Replay: Entre 11/05 e 17/05
Fone: +55 (11) 4688-6312
Código: 3038428

WEBCAST

O áudio da teleconferência será transmitido ao vivo pela internet através do link

<http://webcall.rweb.com.br/ohlbrasil>
e ficará disponível no site da Companhia após o evento.

São Paulo, 10 de maio de 2012 – Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. – OHL Brasil (Novo Mercado da BM&FBovespa: OHLB3) anuncia seu resultado do 1T12, período encerrado em 31 de março de 2012. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em base consolidada e em Reais, de acordo com a Legislação Societária.

DESTAQUES 1T12

- **Tráfego Pedagiado:** Crescimento de 6,1% no volume de tráfego pedagiado das concessionárias estaduais e federais no 1T12 quando comparado ao 1T11, passando de 160,9 milhões para 170,6 milhões de veículos equivalentes. Destaque para a Autopista Fluminense que apresentou crescimento de 10,2%.
- **Receita Líquida:** Expansão de 31,0% em relação ao 1T11, passando de R\$ 559,3 milhões para R\$ 732,7 milhões no 1T12, melhora impulsionada pelo aumento do tráfego, reajustes contratuais que contribuíram com o incremento da tarifa média (+7,8%) e maior receita de construção (+82,8%).
- **EBITDA Ajustado:** O EBITDA Ajustado atingiu o montante de R\$ 303,5 milhões no 1T12, com aumento de 15,7% em relação ao 1T11, registrando margem de 41,4%.
- **Lucro Líquido:** Crescimento de 47,8%, passando de R\$ 70,8 milhões no 1T11 para R\$ 104,6 milhões no 1T12.
- **Endividamento:** A dívida líquida totalizou R\$ 1,9 bilhão no 1T12, com aumento de 4,8% frente ao 4T11. O maior endividamento líquido é reflexo do cumprimento do programa de investimentos das concessionárias federais. O grau de alavancagem, medido pela relação Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - Ônus Fixo (últ. 12 meses), ficou em 1,6 x.
- **Investimentos:** Foram desembolsados R\$ 279,0 milhões com investimentos em ativos intangíveis e imobilizados e manutenção de rodovias no 1T12, sendo que 89,7% dos recursos foram aplicados nos projetos das concessionárias federais. Nos últimos 12 meses, os desembolsos totalizaram R\$ 1,1 bilhão.



Indicadores Financeiros	1T12	4T11	1T11	Var% 1T12/4T11	Var% 1T12/1T11
Veículos equivalentes (Mil)	170.645	174.303	160.881	-2,1%	6,1%
Receita de pedágio (R\$ Mil)	496.496	504.062	434.337	-1,5%	14,3%
Receita líquida (R\$ Mil)	732.765	777.746	559.338	-5,8%	31,0%
EBITDA (R\$ Mil)	257.531	267.619	212.836	-3,8%	21,0%
EBITDA Ajustado (R\$ Mil) ¹	303.499	303.516	262.207	0,0%	15,7%
Lucro líquido (R\$ Mil)	104.590	104.729	70.785	-0,1%	47,8%
Margem EBITDA	35,1%	34,4%	38,1%	0,7 p.p.	-3,0 p.p.
Margem EBITDA ajustado	41,4%	39,0%	46,9%	2,4 p.p.	-5,5 p.p.
Patrimônio líquido (R\$ Mil)	1.503.041	1.398.451	1.157.566	7,5%	29,8%
Ativos totais (R\$ Mil)	5.748.122	5.550.279	4.950.840	3,6%	16,1%
Dívida bruta / Capitalização total ²	67,4%	68,9%	70,4%	-1,5 p.p.	-3,0 p.p.
Dívida líquida / EBITDA ajustado excl. ônus fixo ³	1,6	1,6	1,5	0,0	0,1

¹ Considera ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias.

² Capitalização total = patrimônio líquido + dívida bruta

³ EBITDA Ajustado acumulado nos últimos 12 meses

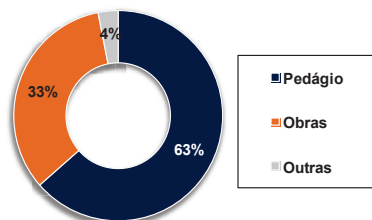
BM&FBovespa: OHLB3
Bloomberg: OHLB3 BZ
Thomson Reuters: OHLB3.BR

Atualização em 09/05/2012
Preço Fech.: R\$ 16,79 por ação
Valor de Mercado: R\$ 5,8 bilhões

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS					
(Em milhares de reais)					
	1T12	4T11	1T11	Var% 1T12/4T11	Var% 1T12/1T11
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	781.971	827.692	601.596	-5,5%	30,0%
Receitas de pedágio	496.496	504.062	434.337	-1,5%	14,3%
Estaduais	272.753	290.022	237.332	-6,0%	14,9%
Autovias	67.082	71.296	59.337	-5,9%	13,1%
Centrovias	70.006	73.131	59.521	-4,3%	17,6%
Intervias	75.091	80.064	65.239	-6,2%	15,1%
Vianorte	60.574	65.531	53.235	-7,6%	13,8%
Federais	223.743	214.040	197.005	4,5%	13,6%
Planalto Sul	22.846	22.146	21.992	3,2%	3,9%
Fluminense	38.055	33.879	31.509	12,3%	20,8%
Fernão Dias	54.745	52.430	47.364	4,4%	15,6%
Régis Bittencourt	64.829	63.695	59.150	1,8%	9,6%
Litoral Sul	43.268	41.890	36.990	3,3%	17,0%
Outras receitas	24.076	24.341	24.226	-1,1%	-0,6%
Receitas de obras	261.399	299.289	143.033	-12,7%	82,8%
DEDUÇÕES DA RECETA	(49.206)	(49.946)	(42.258)	-1,5%	16,4%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	732.765	777.746	559.338	-5,8%	31,0%
CUSTOS E DESPESAS	(475.234)	(510.127)	(346.502)	-6,8%	37,2%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(133.372)	(137.293)	(121.661)	-2,9%	9,6%
Custo dos serv. de construção	(261.399)	(299.289)	(143.033)	-12,7%	82,8%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(35.058)	(40.008)	(31.649)	-12,4%	10,8%
Remuneração da administração	(3.093)	(2.835)	(3.168)	9,1%	-2,4%
Despesas tributárias	(1.088)	(831)	(291)	30,9%	273,9%
Provisão para manutenção em rodovias	(45.968)	(35.897)	(49.371)	28,1%	-6,9%
Outras receitas operacionais, líquidas	4.744	6.026	2.670	-21,3%	77,7%
EBITDA	257.531	267.619	212.836	-3,8%	21,0%
<i>Margem EBITDA</i>	35,1%	34,4%	38,1%		
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(53.877)	(54.644)	(48.385)	-1,4%	11,4%
Depreciações e amortizações	(53.877)	(54.644)	(48.385)	-1,4%	11,4%
Amortização do ágio em investimentos	-	-	-	-	-
RESULTADO FINANCEIRO	(46.777)	(56.046)	(60.665)	-16,5%	-22,9%
Receitas financeiras	40.690	32.496	37.004	25,2%	10,0%
Despesas financeiras	(87.469)	(88.963)	(97.606)	-1,7%	-10,4%
Varição cambial, líq.	2	421	(63)		
LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	156.877	156.929	103.786	0,0%	51,2%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(52.287)	(52.200)	(33.001)	0,2%	58,4%
Corrente	(49.489)	(49.751)	(32.280)	-0,5%	53,3%
Diferido	(2.798)	(2.449)	(721)	14,3%	288,1%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	104.590	104.729	70.785	-0,1%	47,8%

Desempenho Econômico-Financeiro

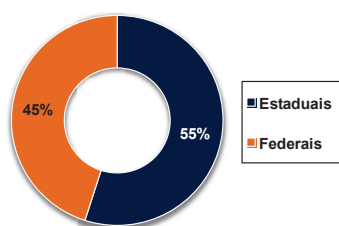
Composição da Receita Bruta
1T12



Receita Bruta de Serviços

No 1T12, a OHL registrou **crescimento** de **30,0%** em sua receita bruta em relação ao 1T11, totalizando **R\$ 782,0 milhões**. Este faturamento é composto por **receitas de pedágio**, que foram de **R\$ 496,5 milhões** no período (+14,3%), **receita de obras**, no valor de **R\$ 261,4 milhões (+82,8%)**, e **outras receitas (-0,6%)** que incluem conservação, pavimentação de rodovias e receitas acessórias, no total de **R\$ 24,1 milhões** no trimestre.

Composição da Receita de Pedágio
1T12



Receita de Pedágio

A **receita de pedágios**, que foi de **R\$ 496,5 milhões** no 1T12, apresentou **crescimento** de **14,3%** em relação ao mesmo período do ano anterior com **aumento** de **14,9%** nas receitas das **concessionárias estaduais**, que passaram de R\$ 237,3 milhões no 1T11, para **R\$ 272,7 milhões** neste trimestre, representando **55%** da arrecadação total de pedágio no período. Já as **concessionárias federais**, alcançaram receita de **R\$ 223,7 milhões** no 1T12, frente aos R\$ 197,0 milhões do 1T11, **expansão** de **13,6%**, contribuindo com **45%** do total das receitas com pedágio.

O crescimento da receita registrado no 1T12 está diretamente relacionado ao **aumento do tráfego pedagiado (+6,1%)** e da **maior tarifa média praticada (+7,8%)** na comparação com o 1T11.

Tráfego Pedagiado: O total do tráfego registrado no 1T12 foi de **170.645 mil veículos equivalentes**, **crescimento** de **6,1%** em relação ao mesmo período do ano anterior, suportado pelo maior volume de veículos nas **concessionárias estaduais (+4,9%)** e nas **federais (+6,5%)**, que totalizaram respectivamente **44.045 mil** e **126.600 mil** veículos pedagiados no período.

Veículos Equivalentes (Mil)	1T12	4T11	1T11	Var% 1T12/4T11	Var% 1T12/1T11
Estaduais	44.045	46.747	42.005	-5,8%	4,9%
Autovias	10.230	10.919	9.950	-6,3%	2,8%
Centrovias	11.866	12.364	11.065	-4,0%	7,2%
Intervias	14.047	14.967	13.368	-6,1%	5,1%
Vianorte	7.902	8.497	7.622	-7,0%	3,7%
Federais	126.600	127.556	118.877	-0,7%	6,5%
Planalto Sul	6.923	7.079	7.094	-2,2%	-2,4%
Fluminense	12.726	12.099	11.550	5,2%	10,2%
Fernão Dias	39.104	39.912	36.433	-2,0%	7,3%
Régis Bittencourt	36.016	37.435	34.831	-3,8%	3,4%
Litoral Sul	31.831	31.030	28.968	2,6%	9,9%
Total	170.645	174.303	160.881	-2,1%	6,1%

Nas concessionárias estaduais destaca-se a **Centrovias**, que apresentou **crescimento** de **7,2%** no tráfego pedagiado, ainda capturando os efeitos positivos da implantação da cobrança bidirecional em 4 praças de pedágio em 2010.

Entre as concessionárias federais, a **Autopista Fluminense**, registrou um expressivo **crescimento** de **10,2%** no tráfego pedagiado, reflexo do desenvolvimento econômico

regional, com destaque para os setores de petróleo e gás e o projeto do complexo industrial do Superporto do Açu, localizado no norte do estado do Rio de Janeiro e em construção desde outubro de 2007. É importante mencionar que os investimentos da Companhia para a duplicação da BR-101/RJ, com obras já iniciadas, deverão impulsionar ainda mais o tráfego da Autopista Fluminense.

A **redução** de **2,4%** na **Autopista Planalto Sul** está relacionada a um volume extraordinário de veículos registrados no 1T11 motivado pela interdição em março de 2011 da BR-367, em função do volume de chuvas no período, o que desviou parte do tráfego desta rodovia para os trechos sob concessão da Autopista Planalto Sul, prejudicando a base de comparação trimestral. Por este mesmo motivo e de forma inversamente proporcional, parte do **crescimento** de **9,9%** do tráfego registrado na **Autopista Litoral Sul** no 1T12 (que abrange a BR-367) está relacionado a este evento.

A **composição do tráfego pedagiado** (medida em veículos equivalentes) no 1T12 foi de **60,1%** de **veículos pesados** e **39,9%** de **veículos leves** nas **concessões estaduais**; e de **72,1%** de **veículos pesados** e **27,9%** de **veículos leves** nas **concessões federais**.

Tarifa Média: A tarifa média consolidada das concessionárias da Companhia passou de R\$ 2,70 no 1T11, para **R\$ 2,91** no 1T12, representando um **aumento** de **7,8%** entre os períodos, mediante **incremento** de **9,6%** das tarifas das **rodovias estaduais** e de **6,6%** nas **federais**. Segue tabela com a evolução consolidada comparativa da tarifa média para cada uma das concessionárias:

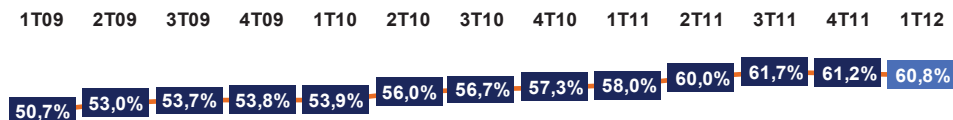
Tarifa Média (R\$ / Veic. Equiv.)	1T12	4T11	1T11	Var% 1T12/4T11	Var% 1T12/1T11
Estaduais	6,19	6,20	5,65	-0,2%	9,6%
Autovias	6,56	6,53	5,96	0,4%	10,0%
Centrovias	5,90	5,91	5,38	-0,3%	9,7%
Intervias	5,35	5,35	4,88	-0,1%	9,5%
Vianorte	7,67	7,71	6,98	-0,6%	9,8%
Federais	1,77	1,68	1,66	5,3%	6,6%
Planalto Sul	3,30	3,13	3,10	5,5%	6,5%
Fluminense	2,99	2,80	2,73	6,8%	9,6%
Fernão Dias	1,40	1,31	1,30	6,6%	7,7%
Régis Bittencourt	1,80	1,70	1,70	5,8%	6,0%
Litoral Sul	1,36	1,35	1,28	0,7%	6,5%
Total	2,91	2,89	2,70	0,6%	7,8%

O **crescimento** da tarifa média nas **concessionárias estaduais** (Autovias, Vianorte, Intervias e Centrovias), está relacionado ao **reajuste anual tarifário** de **9,77%** realizado em julho de 2011, com base na variação acumulada do IGP-M. Conforme já mencionado pela Companhia em sua última divulgação de resultados, em janeiro de 2012 foi oficializada pela ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo) a alteração do indexador para reajuste das tarifas de pedágio. O IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado) foi substituído pelo IPCA (Índice Preços ao Consumidor Amplo) como base para os reajustes das tarifas de pedágio das concessionárias estaduais, o que já se tornará efetivo para 2012. Devido às diferenças entre o IGP-M e o IPCA, a apuração de possível desequilíbrio econômico-financeiro será no mês de julho de cada ano (desequilíbrio anual), considerando o mesmo período do reajuste contratual das tarifas de pedágio. O reequilíbrio será realizado a cada dois anos (reequilíbrio bienal), podendo tal periodicidade ser reavaliada de comum acordo pelas partes a partir do 5º (quinto) ano.

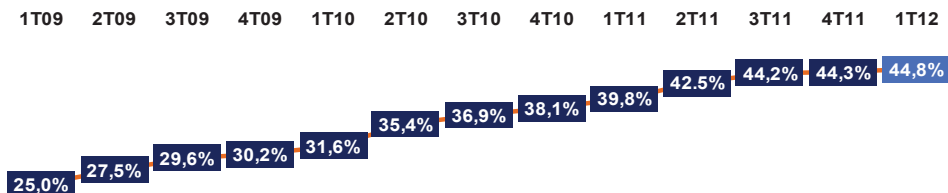
Já o **crescimento** da tarifa média nas **concessionárias federais**, está relacionado ao reajuste anual realizado em **fevereiro de 2012**, para as concessionárias **Fluminense** e **Litoral Sul**, e em **dezembro de 2011** para as concessionárias **Fernão Dias**, **Régis Bittencourt** e **Planalto Sul**, de acordo com os critérios dos contratos de concessão e a variação acumulada do IPCA.

Meios Eletrônicos: A receita com cobrança eletrônica (Sistema AVI) nas praças de pedágio das concessionárias estaduais representou 60,8% no 1T12, contra 58,0% no 1T11. Nas concessionárias federais, o percentual médio da receita com cobrança eletrônica foi de 44,8% no 1T12 contra 39,8% no 1T11. Abaixo, gráfico com a evolução trimestral da receita por meios eletrônicos desde primeiro trimestre de 2009:

AVI Estaduais



AVI Federais



Receita de Obras

A Companhia registrou **R\$ 261,4 milhões** de receita de obras no 1T12, um **crescimento de 82,8%**, refletindo a intensificação dos investimentos da OHL nas rodovias sob sua concessão, principalmente nas **concessionárias federais**, que responderam por **96%** das receitas de obras do período.

O maior volume de obras nas rodovias federais justifica-se pelo período inicial que se encontram tais contratos de concessão, os quais demandam investimentos estruturais mais vultosos em contrapartida às concessões estaduais, que já cumpriram substancialmente todas as suas obrigações contratuais de implantação de obras.

Outras Receitas

No 1T12, as “outras receitas” totalizaram **R\$ 24,1 milhões**, praticamente em linha com as “outras receitas” registradas no 1T11, que foram de R\$ 24,2 milhões. Deste total, **R\$ 3,1 milhões** foram provenientes da **exploração da faixa de domínio** pelas concessionárias do grupo e **R\$ 21,0 milhões** foram oriundos da **conservação e pavimentação** das rodovias, realizadas pelas construtoras do grupo OHL.

Receita Líquida de Serviços e Deduções da Receita

O crescimento do tráfego pedagiado e o reajuste das tarifas médias, conforme já mencionado, além do aumento das receitas com obras, foram os responsáveis pelo importante **incremento de 31,0%** na **receita líquida** da Companhia, que passou de R\$ 559,3 milhões no 1T11, para **R\$ 732,7 milhões** no 1T12.

As **deduções da receita** foram de **R\$ 49,2 milhões**, 16,4% superior ao registrado no 1T11, acompanhando o crescimento do faturamento da Companhia, sendo compostas principalmente por tributos como ISS, PIS e COFINS.

Os tributos são calculados sobre a receita de pedágios com base nas seguintes alíquotas: PIS (0,65%), COFINS (3,0%) e ISS (5,0%).

Custos e Despesas

O total de custos e despesas da OHL Brasil no 1T12 foi de **R\$ 529,1 milhões**, frente aos R\$ 394,1 milhões do 1T11, incremento de 34,3% na comparação entre os períodos. Este aumento foi impactado pelo custo de serviços de construção, que foi 82,8% superior ao registrado no 1T11. No entanto, os custos de construção são uma representação meramente contábil, sem efeito caixa, registrado nos resultados da Companhia e em linha com as orientações do IFRS. Neste sentido, os custos e despesas diretamente relacionados às operações da Companhia (custo caixa), foram de R\$ 167,9 milhões, aumento de 8,9% influenciado em grande medida pelo aumento da inflação do período. O custo caixa em relação à receita líquida da Companhia, excluindo-se as receitas de obras, apresentou redução de 1,4 p.p. passando de 37,0% no 1T11, para 35,6% no 1T12.

Custos e Despesas Operacionais (R\$ Mil)	1T12	4T11	1T11	Var% 1T12/4T11	Var% 1T12/1T11
Serviços de terceiros	(44.050)	(46.853)	(43.432)	-6,0%	1,4%
Pessoal	(45.043)	(42.489)	(41.101)	6,0%	9,6%
Conservação	(27.625)	(27.204)	(24.397)	1,5%	13,2%
Verba de fiscalização	(8.598)	(5.982)	(8.103)	43,7%	6,1%
Custos com Poder Concedente	(8.525)	(9.035)	(7.422)	-5,6%	14,9%
Seguros e garantias	(3.369)	(3.386)	(2.493)	-0,5%	35,1%
Remuneração da administração	(3.093)	(2.835)	(3.168)	9,1%	-2,4%
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscal	(207)	(1.136)	1.450	-81,8%	-114,3%
Despesas tributárias	(1.088)	(831)	(291)	30,9%	273,9%
Outras despesas operacionais, liq.	(26.269)	(35.190)	(25.141)	-25,4%	4,5%
Subtotal (Custo Caixa)	(167.867)	(174.941)	(154.099)	-4,0%	8,9%
% Custo Caixa / Receita Líquida (ex-construção)	35,6%	36,6%	37,0%	-1,0 p.p.	-1,4 p.p.
Custo dos serviços de construção	(261.399)	(299.289)	(143.033)	-12,7%	82,8%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(45.968)	(35.897)	(49.371)	28,1%	-6,9%
Depreciação e Amortização	(53.877)	(54.644)	(48.385)	-1,4%	11,4%
Total	(529.111)	(564.771)	(394.887)	-6,3%	34,0%

Entre as principais variações nos custos e despesas na comparação entre o 1T11 e o 1T12, destaca-se o aumento de 11,7% nos custos de pessoal, em função do aumento do quadro de funcionários (principalmente nas empresas construtoras do grupo), resultado da intensificação do cronograma de obras nas rodovias federais, além do dissídio de 5,5% concedido em março de 2012. O aumento destes custos também foi influenciado pela

internalização da equipe de arrecadadores da Autopista Litoral Sul que eram terceirizados e passaram a compor o quadro de funcionários da Companhia. Por outro lado, este movimento compensou parcialmente o aumento dos custos com serviços de terceiros, que apresentou expansão de apenas 1,4% no período.

Os aumentos dos custos com a verba de fiscalização acompanharam o reajuste do IPCA e os custos com o poder concedente correspondem basicamente à parcela de 3% da receita bruta de pedágio das concessionárias estaduais no período. Já os custos de conservação podem apresentar variações entre os trimestres de acordo com a necessidade e intensidade de obras de reparos das rodovias sob nossa concessão.

EBITDA e EBITDA Ajustado

No 1T12, o resultado operacional medido pelo **EBITDA**, apresentou **crescimento de 21,0%**, totalizando **R\$ 257,5 milhões** com **margem de 35,1%**, queda de 3,0 p.p. em relação ao 1T11.

Já o resultado operacional medido pelo **EBITDA Ajustado**, que considera a reversão da provisão para manutenção de rodovias, atingiu o total de **R\$ 303,5 milhões** no 1T12, uma **melhora de 15,7%** com **margem de 41,4%**, redução de 5,5 p.p. na comparação com o mesmo período do exercício anterior.

EBITDA					
(Em milhares de reais)					
	1T12	4T11	1T11	Var% 1T12/4T11	Var% 1T12/1T11
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	732.765	777.746	559.338		
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(475.234)	(510.127)	(346.502)	-6,8%	37,2%
EBITDA ¹	257.531	267.619	212.836	-3,8%	21,0%
Margem EBITDA	35,1%	34,4%	38,1%	0,7 p.p.	-3,0 p.p.
(+) Provisão para manutenção de rodovias	45.968	35.897	49.371	28,1%	-6,9%
EBITDA Ajustado ²	303.499	303.516	262.207	0,0%	15,7%
Margem EBITDA Ajustada	41,4%	39,0%	46,9%	2,4 p.p.	-5,5 p.p.

¹ EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01).

É importante ressaltar que a partir de 01 de outubro de 2011 a Companhia passou a desconsiderar para o cálculo do EBITDA Ajustado a reversão dos EBITDAs das construtoras, uma vez que esse ajuste não é refletido nos valores referentes aos Investimentos da Companhia.

Porém, conforme mencionado, parte significativa do custo total da Companhia é composto pelo custo de obras, sem efeito no fluxo caixa, que se excluído em conjunto com as receitas de obras resultaria uma margem EBITDA para a Companhia de 54,6%, com crescimento de 3,5 p.p. na comparação entre o 1T11 e o 1T12 e de 64,4% na margem EBITDA ajustada,

EBITDA Ex-Obras (excluindo efeitos de receitas e custos de obras)	1T12	4T11	1T11	Var% 1T12/4T11	Var% 1T12/1T11
Receita Líquida Total	732.765	777.746	559.338	-5,8%	31,0%
(-) Receita de obras	261.399	299.289	143.033	-12,7%	82,8%
(=) Receita Líquida ex-obras	471.366	478.457	416.305	-1,5%	13,2%
EBITDA (ex-receitas e custos de obras)	257.531	267.619	212.836	-3,8%	21,0%
(+) Provisão para Manutenção de Rodovias	45.968	35.897	49.371	28,1%	-6,9%
EBITDA Ajustado (ex-receitas e custos de obras)	303.499	303.516	262.207	0,0%	15,7%
Margem EBITDA (ex-receitas e custos de obras)	54,6%	55,9%	51,1%	-1,3 p.p.	3,5 p.p.
Margem EBITDA Ajustada (ex-receitas e custos de obras)	64,4%	63,4%	63,0%	1,0 p.p.	1,4 p.p.

Segue abaixo tabela com o cálculo do EBITDA e EBITDA Ajustado das empresas do Grupo para o 1T12:

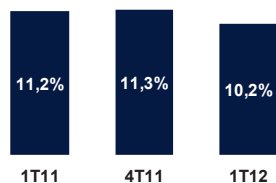
1T12

Sociedades do Grupo (R\$ Mil)	Receita Líquida			Custos e Despesas ¹			EBITDA	Provisão para Manut. de Rodovias	EBITDA Ajustado	Margem EBITDA Ajustado
	Receita de Serviços (A)	Receita de Obras (B)	Total (A + B)	Custos dos Serv. Prestados (A)	Custos dos Serv. de Construção (B)	Total (A + B)				
Autovias	61.709	7.369	69.078	(22.979)	(7.369)	(30.348)	38.730	8.753	47.483	68,7%
Centrovias	64.619	623	65.242	(25.752)	(623)	(26.375)	38.867	11.696	50.563	77,5%
Intervias	69.489	1.031	70.520	(24.988)	(1.031)	(26.019)	44.501	8.018	52.519	74,5%
Vianorte	55.645	1.467	57.112	(21.100)	(1.467)	(22.567)	34.545	8.532	43.077	75,4%
Estaduais	251.462	10.490	261.952	(94.819)	(10.490)	(105.309)	156.643	36.999	193.642	73,9%
Planalto Sul	20.615	37.519	58.134	(13.487)	(37.519)	(51.006)	7.128	1.239	8.367	14,4%
Fluminense	34.569	39.637	74.206	(15.642)	(39.637)	(55.279)	18.927	1.294	20.221	27,2%
Fernão Dias	50.095	49.261	99.356	(31.068)	(49.261)	(80.329)	19.027	2.476	21.503	21,6%
Régis Bittencourt	59.323	74.377	133.700	(26.328)	(74.377)	(100.705)	32.995	2.096	35.091	26,2%
Litoral Sul	39.289	50.115	89.404	(22.794)	(50.115)	(72.909)	16.495	1.864	18.359	20,5%
Federais	203.891	250.909	454.800	(109.319)	(250.909)	(360.228)	94.572	8.969	103.541	22,8%
Total Concessionárias	455.353	261.399	716.752	(204.138)	(261.399)	(465.537)	251.215	45.968	297.183	41,5%
OHL Holding	-	-	-	(4.886)	-	(4.886)	(4.886)	-	(4.886)	-
Construtoras	-	108.348	108.348	-	(97.146)	(97.146)	11.202	-	11.202	-
Outras sociedades e eliminações p/ consolidação	-	(92.335)	(92.335)	-	92.335	92.335	-	-	-	-
Total	455.353	277.412	732.765	(209.024)	(266.210)	(475.234)	257.531	45.968	303.499	41,4%
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Consolidado	455.353	277.412	732.765	(209.024)	(266.210)	(475.234)	257.531	45.968	303.499	41,4%

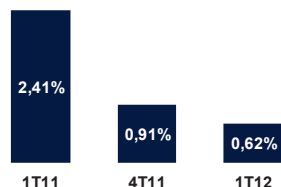
¹ Exclui depreciação e amortização.

Resultado Financeiro

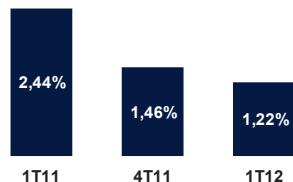
Taxa DI (média trimestral)



IGP-M (trimestral)



IPCA (trimestral)



Resultado Financeiro (R\$ Mil)	1T12	4T11	1T11	Var% 1T12/4T11	Var% 1T12/1T11
Receitas Financeiras	40.690	32.496	37.004	25,2%	10,0%
Juros Ativos	4.791	(2.072)	2.376	-331,2%	101,6%
Aplicações Financeiras	27.268	34.858	34.542	-21,8%	-21,1%
Encargos Financeiros - Reversão de Ajuste a Valor Presente	8.382	2.923	-	186,8%	-
Outras Receitas	249	(3.213)	86	-107,7%	189,5%
Despesas Financeiras	(87.469)	(88.963)	(97.606)	-1,7%	-10,4%
Encargos Financeiros	(73.671)	(74.254)	(77.564)	-0,8%	-5,0%
Atualização Monetária do Ônus da Concessão	(5.044)	(6.936)	(12.298)	-27,3%	-59,0%
Encargos Financeiros - Reversão de Ajuste a Valor Presente	(6.399)	(4.031)	(2.656)	58,7%	140,9%
Outras Despesas	(2.355)	(3.742)	(5.088)	-37,1%	-53,7%
Variação Cambial, liq.	2	421	(63)	-99,5%	-103,2%
Resultado Financeiro	(46.777)	(56.046)	(60.665)	-16,5%	-22,9%

O resultado financeiro líquido da Companhia no 1T12 foi negativo em R\$ 46,8 milhões, melhora de 16,5% em relação ao resultado financeiro do 4T11 que foi negativo em R\$ 56,0 milhões. Este resultado reflete principalmente o aumento de 25,2% das receitas financeiras e a redução de 1,7% nas despesas financeiras em relação ao 4T11, impactado por:

- Um maior montante de encargos financeiros – reversão de ajuste a valor presente, com aumento de 186,8%, devido à readequação no cronograma dos investimentos previamente provisionados;
- Redução nas Receitas com Aplicações Financeiras em 21,8%, devido a reduções nas disponibilidades e à queda da Taxa DI média no período;
- Menor montante de Atualização Monetária do Ônus da Concessão (-27,3%), devido à queda do indexador da Atualização (IGP-M);
- Redução nos Encargos Financeiros (-0,8%), por conta da redução da taxa média de juros básicos no período, e pela redução do montante (amortização) de Debêntures, que tem custo mais elevado.

Adicionalmente, pode-se destacar que levando-se em consideração as Receitas Financeiras providas de Aplicações Financeiras, e o caixa médio no trimestre, infere-se uma **remuneração média anual** de aproximadamente **8,9%** para as Aplicações da Companhia.

Por outro lado, considerando-se o total de Encargos Financeiros no 1T12, e a dívida bruta da Companhia ao final do trimestre, obtém-se um **custo médio de dívida** de aproximadamente **9,8% ao ano**.

Lucro Líquido

Em linha com a **melhora operacional das concessionárias** do grupo, principalmente beneficiada pelo aumento do tráfego e reajustes tarifários, mais que compensando o incremento dos custos e despesas no período, o **lucro líquido** da Companhia passou de R\$ 70,8 milhões do 1T11 para **R\$ 104,6 milhões** no 1T12, um importante **crescimento de 47,8%** na comparação entre os respectivos trimestres.

Dividendos Adicionais

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição, no mínimo, de dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Nos últimos exercícios sociais, a Companhia pagou integralmente os dividendos obrigatórios (25%). Em **Assembleia Geral Ordinária**, realizada no dia **25 de abril de 2012**, os acionistas da Companhia aprovaram proposta da Administração para o resultado do exercício de 2011 com a distribuição de **R\$ 195,2 milhões** em **dividendos** ou **52,63%** do lucro líquido referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, após a constituição da reserva legal, no total.

Como a Companhia já distribuiu, em 1º de dezembro de 2011, dividendos intermediários no valor de R\$ 74,9 milhões, o valor líquido a ser distribuído, conforme deliberado em Assembleia, será de **R\$ 120,3 milhões** ou **R\$ 1,74622096164479 por ação**. O **pagamento** será realizado no dia **14 de maio**, tendo direito aos proventos os acionistas que eram detentores de ações da Companhia no dia 25 de abril de 2012. As ações da OHL passaram a ser negociadas ex-dividendos a partir do dia 26 de abril de 2012.

Endividamento

Ao final do 1T12, a dívida bruta da Companhia perfazia R\$ 3,1 bilhões e a **posição de caixa e equivalentes de caixa mais as aplicações financeiras vinculadas** somavam **R\$ 1,2 bilhão**, resultando em um **endividamento líquido** de **R\$ 1,9 bilhão** no trimestre, **aumento de 4,8%** em relação ao 4T11.

Endividamento (Em milhares de reais)	1T12	4T11	1T11	Var% 1T12/4T11	Var% 1T12/1T11
Dívida Bruta	3.103.749	3.098.442	2.754.475	0,2%	12,7%
Curto Prazo	413.826	426.332	872.840	-2,9%	-52,6%
Longo Prazo	2.689.923	2.672.110	1.881.635	0,7%	43,0%
Caixa e equivalentes de caixa	1.119.889	1.178.454	1.237.183	-5,0%	-9,5%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	100.750	123.169	63.931	-18,2%	57,6%
Dívida Líquida	1.883.110	1.796.819	1.453.361	4,8%	29,6%

¹ Curto e longo prazos

Este aumento está relacionado ao **maior volume de investimentos direcionados à implantação de obras nas concessionárias federais**, de acordo com os contratos de concessão, suportados por linhas especiais de financiamento do BNDES. Neste sentido, ao compararmos a evolução da dívida líquida e a relação entre as dívidas de curto e longo prazos do 1T12 com o 1T11, observamos que a intensificação de obras e investimentos nas rodovias federais contribuíram para o crescimento de 29,6% da dívida líquida entre os períodos, com maiores desembolsos do BNDES, o que alongou o perfil do endividamento com aumento de 43% da dívida de longo prazo em contrapartida à redução de 52,6% na dívida de curto prazo na comparação do 1T11 com o 1T12.

Empréstimos BNDES: A Companhia conta com recursos na modalidade de empréstimos ponte e de longo prazo, concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para financiar os programas de investimento das concessões federais da Companhia. Desta forma, **todas as 5 concessionárias federais já contam com linhas de financiamento** de longo prazo aprovadas, **garantindo** os recursos necessários para **a implantação das principais obras** contratuais até o final do período de concessão.

Segue quadro com as condições dos empréstimos de longo prazo concedidos pelo BNDES, totalizando R\$ 3,7 bilhões:

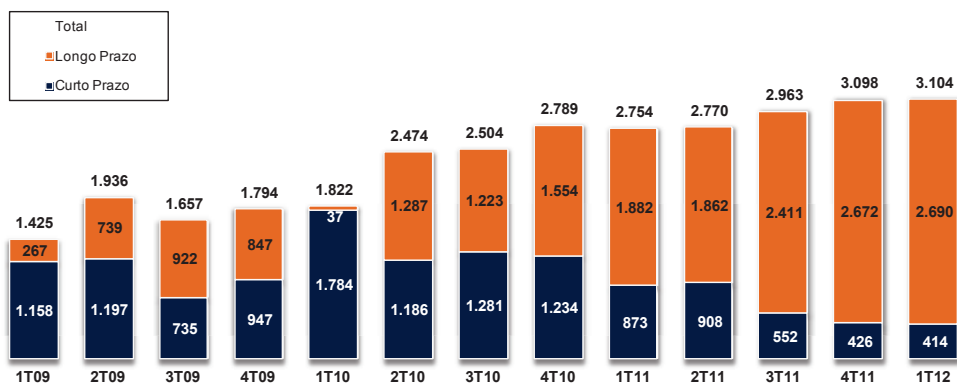
Concessionárias	Valor (R\$ Mil)	Prazo de Amortização	Prazo de Carência	Custo
Autopista Planalto Sul				
Subcrédito A	184.057	144 meses	18 meses	TJLP + 2,58% a.a.
Subcrédito B	90.007	138 meses	Até 15/06/14	TJLP + 2,58% a.a.
Subcrédito C	57.280	120 meses	Até 15/12/15	TJLP + 2,58% a.a.
Total	331.344			
Autopista Fernão Dias				
Subcrédito A	493.382	144 meses	Até 15/06/12	TJLP + 2,21% a.a.
Subcrédito B	159.300	138 meses	Até 15/12/13	TJLP + 2,21% a.a.
Subcrédito C	50.072	123 meses	Até 15/12/15	TJLP + 2,21% a.a.
Total	702.754			
Autopista Régis Bittencourt				
Subcrédito A	446.395	144 meses	12 meses	TJLP + 2,21% a.a.
Subcrédito B	623.100	126 meses	Até 15/06/14	TJLP + 2,21% a.a.
Total	1.069.495			
Autopista Litoral Sul				
Subcrédito A	508.122	144 meses	Até 15/04/13	TJLP + 2,32% a.a.
Subcrédito B	297.964	120 meses	Até 15/06/16	TJLP + 2,32% a.a.
Subcrédito C ¹	4.051	120 meses	Até 15/06/16	TJLP
Total	810.137			
Autopista Fluminense				
Subcrédito A	403.712	144 meses	Até 15/12/12	TJLP + 2,45% a.a.
Subcrédito B	373.204	125 meses	Até 15/06/16	TJLP + 2,45% a.a.
Subcrédito C ¹	3.903	125 meses	Até 15/06/16	TJLP
Total Esperado	780.819			
Total Geral	3.694.549			

¹Recursos destinados a investimentos sociais.

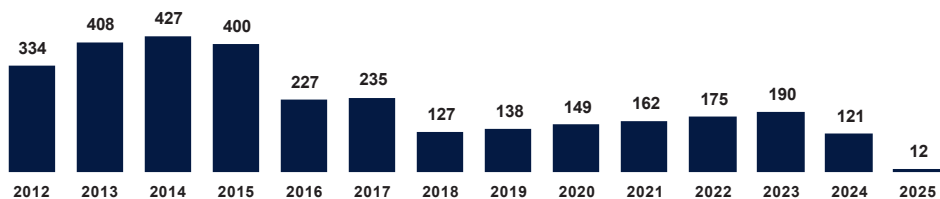
Até 31 de março de 2012 foram desembolsados R\$ 1,6 bilhão referentes a empréstimos do BNDES.

A seguir maiores detalhes sobre as características do endividamento da Companhia:

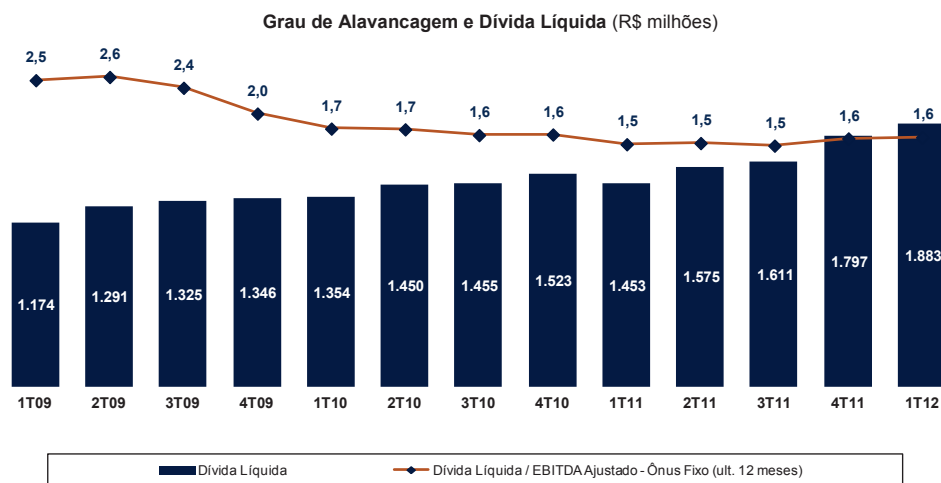
Evolução do Endividamento Bruto (R\$ milhões)



Cronograma de Amortização da Dívida (R\$ milhões)

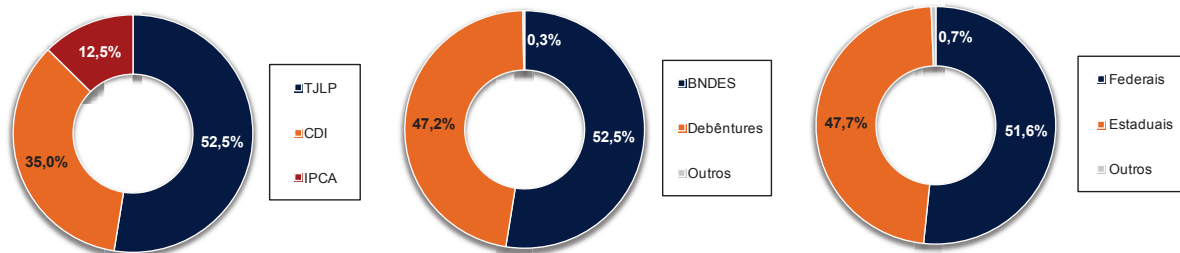


A dívida líquida no final do 1T12 representava 1,6 vezes o EBITDA Ajustado gerado menos o pagamento do ônus fixo nos últimos 12 meses.



Ao final do 1T12, a dívida bruta consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures) totalizava R\$ 3,1 bilhões, sendo que deste montante 52,5% correspondia a contratos indexados pela TJLP, e 35,0% correspondia a contratos atrelados ao CDI e 12,5% a contratos atrelados ao IPCA.

Perfil da Dívida Bruta (%)



Endividamento Bruto	(Em milhares de reais)	1T12	4T11	1T11	Var% 1T12/4T11	Var% 1T12/1T11
Indexador						
TJLP		1.630.070	1.509.935	1.001.055	8,0%	62,8%
CDI		1.089.892	1.196.027	1.401.861	-8,9%	-22,3%
IPCA		390.686	400.680	363.073	-2,5%	7,6%
Outros		633	232	-	172,8%	-
<i>Custos e encargos antecipados</i>		(7.532)	(8.432)	(11.514)	-10,7%	-34,6%
Total		3.103.749	3.098.442	2.754.475	0,2%	12,7%

Ônus Fixo pago ao Poder Concedente

De acordo com as condições estabelecidas nos contratos de concessão, as concessionárias estaduais devem pagar ônus fixo ao Poder Concedente como contrapartida pela outorga da concessão. No 1T12, o montante pago foi correspondente a R\$ 15,5 milhões.

Ônus Fixo Pago - Fluxo de Caixa	(R\$ Mil)	1T12	4T11	1T11	Var% 1T12/4T11	Var% 1T12/1T11
Total		(15.546)	(15.545)	(14.163)	0,0%	9,8%
Autovias		(1.636)	(1.636)	(1.491)	0,0%	9,7%
Centrovias		(2.449)	(2.448)	(2.231)	0,0%	9,8%
Intervias		(1.524)	(1.524)	(1.389)	0,0%	9,7%
Vianorte		(9.937)	(9.937)	(9.052)	0,0%	9,8%

Em 31 de março de 2012, o valor nominal e o número de parcelas mensais a serem pagas relacionadas ao ônus fixo estavam representados da seguinte forma:

Concessionárias	Valor Nominal (R\$ Mil)			Parcelas Mensais
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
Autovias	7.212	30.316	37.528	77
Centrovias	10.452	43.522	53.974	74
Intervias	6.833	34.462	41.295	94
Vianorte	39.328	169.009	208.337	71
Total	63.825	277.309	341.134	

Investimentos e Manutenção de Rodovias

No 1T12, a OHL investiu no R\$ 279,0 milhões nas suas concessionárias estaduais e federais em ativos imobilizados e intangíveis, e manutenção de rodovias. O valor foi 56,6% superior ao registrado no 1T11, mais uma vez demonstrando a aceleração na execução do cronograma de obras da Companhia, fundamentalmente nas rodovias federais, de acordo com o plano de investimento definido pelos contratos de concessões, conforme pode ser demonstrado na tabela a seguir:

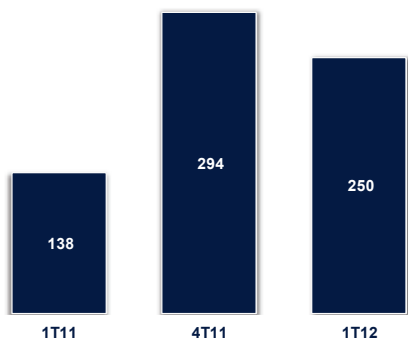
Investimentos Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	1T12		
	Antes do IFRS (A + B)	IFRS	
		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)
Autovias	8.056	3.505	4.551
Centrovias	5.692	382	5.310
Intervias	6.656	980	5.676
Vianorte	7.225	949	6.276
Estaduais	27.629	5.816	21.813
Planalto Sul	41.614	41.614	-
Fluminense	30.949	30.949	-
Fernão Dias	49.899	49.899	-
Régis Bittencourt	70.362	70.362	-
Litoral Sul	57.354	57.354	-
Federais	250.178	250.178	-
Total	277.807	255.994	21.813
<i>Outros invest. e ajustes de consolidação</i>	1.240	1.240	-
Total	279.047	257.234	21.813

É importante destacar que por se tratarem de concessões em período inicial, as concessionárias federais não apresentam desembolso de caixa referente à manutenção. Os primeiros desembolsos significativos com manutenção estão previstos para o ano de 2016.

Cabe ressaltar que, no dia 28 de outubro de 2011, o governo federal publicou no Diário Oficial da União portarias que estabelecem regras mais claras para o licenciamento ambiental federal, o que vem contribuindo para a redução dos prazos de análise por parte do órgão ambiental para novas obras, acelerando suas implantações, bem como para a redução dos custos com licenciamento.

A OHL informa que desde 2008, já realizou investimentos no valor de R\$ 2,7 bilhões nas concessionárias federais. A companhia estima investir em 2012 R\$ 1,2 bilhão nas concessões federais e R\$ 170,0 milhões nas concessões estaduais, em ativos imobilizados e intangíveis, e na manutenção das rodovias.

Investimentos em Ativos Intangíveis e Imobilizados- Concessionárias Federais
(R\$ milhões)



As obras mais relevantes no período, para as quais os investimentos da Companhia foram destinados são as seguintes:

Autopista Fluminense

Continuidade das obras de duplicação de 59,6 quilômetros da rodovia BR 101/RJ, entre os municípios de Macaé e Campos de Goytacazes, iniciadas no 3T11, logo após a obtenção da licença de instalação junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Nesta primeira fase, serão investidos cerca de R\$ 200 milhões. Ao todo, o projeto prevê a duplicação de 176,6 quilômetros.

Durante o 1T12, foram também concluídas as obras de construção de 4 novas passarelas.

Autopista Fernão Dias

Conclusão de 2,7 quilômetros, incluindo a construção de um trevo em desnível, de um total de 9 quilômetros da segunda etapa do contorno de Betim (MG), a partir da liberação das licenças de obras no 4T11. O contorno será a ligação das duas extremidades da rodovia possibilitando a criação de uma alternativa para o tráfego rodoviário de longa distância. O projeto prevê investimentos totais da ordem de R\$ 35,0 milhões. As obras tiveram início no mês de outubro de 2011.

A Autopista Fernão Dias também concluiu a construção de 4 novas passarelas, de um trevo em desnível em Mairiporã (SP) e de 1,7 quilômetro de ruas laterais no município de Cambuí (MG).

Autopista Régis Bittencourt

Concluídos e em operação 4,2 quilômetros da duplicação da Serra do Cafezal (BR-116/SP) na extremidade de Miracatu e continuidade das obras de construção do trecho inicial da duplicação, que em conjunto irão totalizar 11,5 quilômetros, na altura dos municípios de Jujuitiba (SP) e Miracatu (SP). Ao todo serão duplicados 30,5 quilômetros de rodovia, sendo que a liberação da licença relativa ao trecho intermediário depende da conclusão da análise realizada pelo órgão ambiental. A Autopista Régis Bittencourt e a OHL Brasil envidarão seus melhores esforços para o atendimento de qualquer solicitação adicional durante o processo. No total, serão investidos aproximadamente R\$ 560,0 milhões neste projeto.

Destaca-se também o investimento em obras de reforço estrutural e alargamento de 7 pontes e viadutos e a conclusão da construção de 4 passarelas no período.

Autopista Planalto Sul

Dos 25 quilômetros de duplicação da BR-116/PR entre Curitiba e Mandirituba, está em andamento as obras de duplicação de 8 quilômetros até Fazenda Rio Grande, após a liberação da licença de instalação pelo IBAMA. O projeto tem previsão de investimentos de R\$ 62,4 milhões.

A rodovia também recebeu o reforço estrutural e alargamento de uma ponte durante o 1T12.

Autopista Litoral Sul

Construção de 2,7 quilômetros de ruas laterais no município de Camburiú (SC) e de 2,8 quilômetros no município de Tijucas (SC). Conclusão de trevo em desnível no distrito industrial de São José dos Pinhais (PR) e de trevo em desnível no entroncamento do Contorno Leste de Curitiba (BR-116/PR) com a rodovia PR-09, Estrada da Graciosa. Conclusão de obras de reforço estrutural e alargamento de 2 viadutos.

Quadro de Pessoal

A Companhia registrou ao final do 1T12, 6.794 funcionários em seu quadro de pessoal, um incremento de 22,1% em relação ao 1T11. Do total dos novos funcionários, aproximadamente 65% foram integrados em uma das três construtoras do grupo, resultado da intensificação do cronograma de obras nas rodovias federais sob nossa concessão.

Quadro de Pessoal	1T12	4T11	1T11	Var. 1T12/4T11	Var. 1T12/1T11
OHL (Holding)	118	117	105	1	13
<i>Concessionárias Estaduais</i>	<i>1.354</i>	<i>1.321</i>	<i>1.297</i>	<i>33</i>	<i>57</i>
Autovias	203	205	191	(2)	12
Centrovias	318	315	326	3	(8)
Intervias	570	562	544	8	26
Vianorte	263	239	236	24	27
<i>Concessionárias Federais</i>	<i>2.435</i>	<i>2.137</i>	<i>2.070</i>	<i>298</i>	<i>365</i>
Litoral Sul	504	288	308	216	196
Planalto Sul	218	184	157	34	61
Fluminense	243	249	232	(6)	11
Fernão Dias	909	873	830	36	79
Régis Bittencourt	561	543	543	18	18
Paulista	292	270	213	22	79
Latina Manutenção	2.418	2.170	1.698	248	720
Latina Sinalização	177	176	179	1	(2)
Total	6.794	6.191	5.562	603	1.232

Vale destacar também o processo de internalização da equipe de arrecadação das praças de pedágio da Autopista Litoral Sul, que eram terceirizados e passaram a compor seu quadro de pessoal, ocasionando o aumento de funcionários da concessionária entre os períodos comparados.

Eventos Subsequentes

• Desdobramento de Ações

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 25 de abril de 2012, a proposta da Administração para o desdobramento da totalidade das ações ordinárias da Companhia na proporção de 1:5 de forma que cada ação ordinária passará a ser representada por 5 ações ordinárias pós-desdobramento. O objetivo do desdobramento é atrair maior número de investidores e estimular a negociação das ações de emissão da Companhia. Com isto, o capital social da OHL Brasil passou a ser representado por 344.444.440 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

• Fato Relevante – Acordo de Intenções entre OHL S.A. e Abertis Infraestructuras S.A.

A Companhia divulgou fato relevante no dia 24 de abril de 2012 comunicando a **celebração de acordo de intenções** entre a **OHL S.A. (controladora indireta da OHL Brasil)** e a **Abertis Infraestructuras S.A.**, que prevê a integração, na Abertis, da Companhia indiretamente, por meio de reestruturação societária de sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia sediadas na Espanha, após o que a OHL S.A. se converterá em um dos acionistas de referência da Abertis.

A operação, se concretizada, consistirá na cisão parcial da OHL Concesiones S.A. (“OHL Concesiones”), subsidiária da OHL e titular de 100% do capital social de Partícipes en Brasil S.L. (“Partícipes”) sendo que a parcela cindida será incorporada pela Abertis. A OHL Concesiones é a subsidiária responsável pelos negócios de concessão da OHL, que por sua vez detém 100% do capital social da Partícipes a, qual, por fim, detém participação de 60% no capital social da Companhia.

A operação implicaria a integração na Abertis de um patrimônio cindido do qual formariam parte Partícipes, SPI-Sociedade para Participações em Infraestrutura, S.A. e certos passivos associados a estas entidades, recebendo a OHL como resultado da reorganização uma participação no capital da Abertis de 10%. Estima-se que os referidos passivos sejam de aproximadamente 530 milhões de euros.

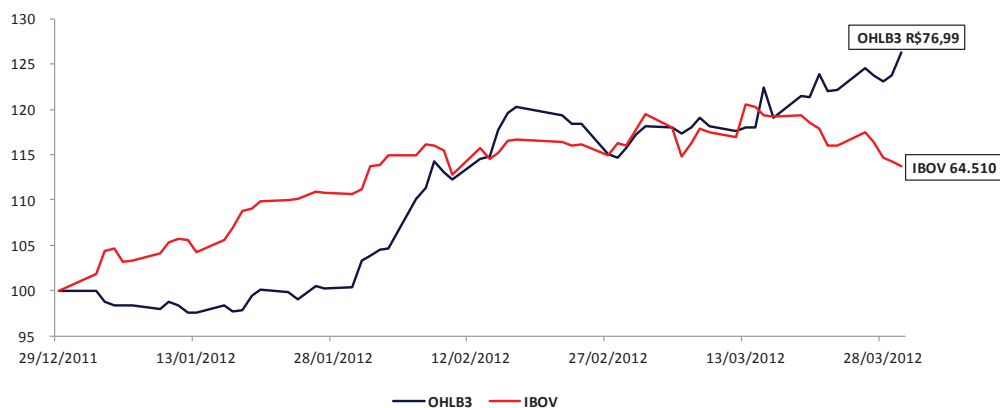
A OHL Brasil permanecerá como Companhia aberta no país e **seguirá com sua estratégia** de desenvolvimento, a ser implementada por meio de novos projetos de crescimento.

É importante mencionar que a operação está pendente de diversos requisitos e trâmites habituais neste tipo de processos, entre eles a negociação dos contratos definitivos, além da aprovação das operações pelos conselhos de administração de OHL e Abertis.

Mercado de Capitais

O valor de mercado da OHL Brasil, ao final do 1T12, totalizou R\$ 5,3 bilhões, tendo como base a cotação de fechamento de R\$ 76,99 por ação em 30/03/2012. Esse preço corresponde a uma valorização de 26,2% em relação ao preço de fechamento do ano anterior. No mesmo período, o Índice Ibovespa apresentou valorização de 13,7%. Negociadas sob o código OHLB3, as ações da Companhia marcaram presença em 100% dos pregões realizados na BM&FBOVESPA e movimentaram cerca de R\$ 870,3 milhões no trimestre.

Evolução das Ações OHLB3 X Ibovespa (Base 100)

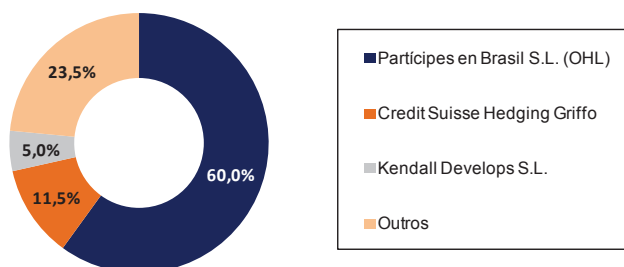


Média Diária	1T12	4T11	1T11	Var%	
				1T12/4T11	1T12/1T11
Nº de Negócios	294	260	241	13,1%	22,0%
Nº de Ações Negociadas	104.611	89.196	105.290	17,3%	-0,6%
Volume Financeiro (R\$ Milhões)	7,15	5,63	6,08	27,0%	17,6%

Composição Acionária

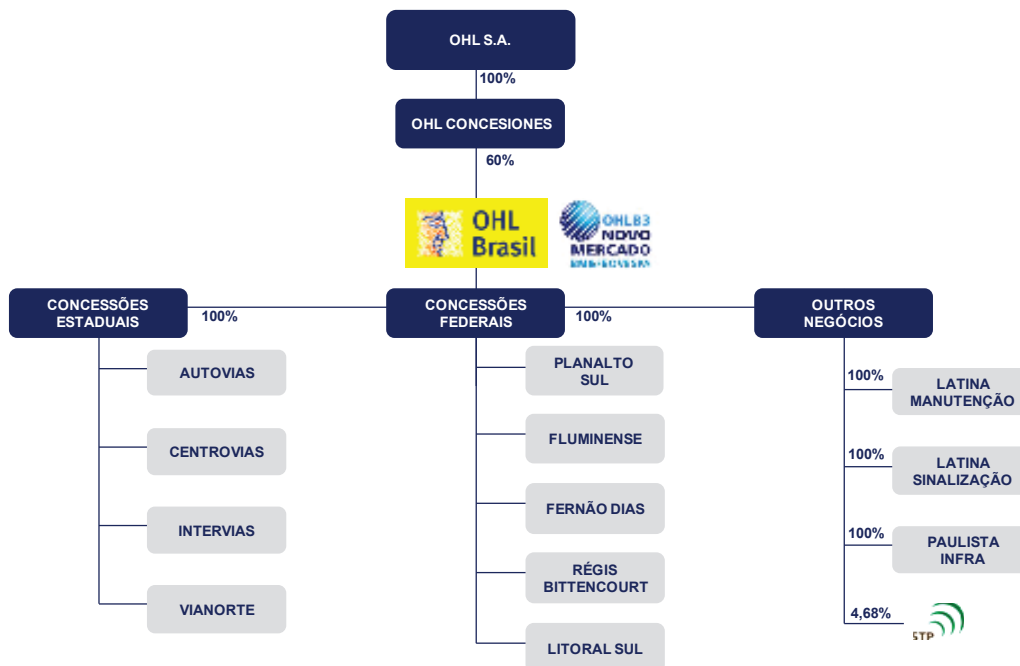
As ações da OHL fazem parte das carteiras teóricas dos índices: IGC – Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada, ITAG – Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado e SMLL – Índice *Small Cap*.

O capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 592,1 milhões em 31 de março de 2012, representado por uma única classe de 68.888.888 ações ordinárias. Com o desdobramento de ações na proporção de 1:5 em maio de 2012, conforme já mencionado, o capital social da Companhia, passou a ser representado por 344.444.440 ações ordinárias.



Data Base: 31/03/2012

Estrutura Societária



Carteira de Ativos da Concessão

Abaixo apresentamos as principais informações acerca da carteira de concessões:

Concessionárias	Km	Praças de Pedágio	Prazo Final do Pagto. do Ônus Fixo	Prazo Final da Concessão	Indexador do Contrato
Estaduais					
Autovias	316,6	5	Aug-18	Aug-18	IPCA
Centrovias	218,2	5	Jun-18	Jun-19	IPCA
Intervias	375,7	9	Feb-20	Jan-28	IPCA
Vianorte	236,6	4	Mar-18	Mar-18	IPCA
Federais					
Planalto Sul	412,7	5	n.a.	Feb-33	IPCA
Fluminense	320,1	5	n.a.	Feb-33	IPCA
Fernão Dias	562,1	8	n.a.	Feb-33	IPCA
Régis Bittencourt	401,6	6	n.a.	Feb-33	IPCA
Litoral Sul	382,3	5	n.a.	Feb-33	IPCA

Perfil Corporativo

A OHL Brasil S.A. é uma das maiores companhias do setor de concessões de rodovias do Brasil em quilômetros administrados, com 3.226 km em operação. Através de suas 9 concessionárias, a OHL Brasil administra rodovias localizadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná. Atualmente, detém 100% do capital das seguintes concessões estaduais: Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte; e das concessões federais: Autopista Fernão Dias, Autopista Régis Bittencourt, Autopista Litoral Sul, Autopista Planalto Sul e Autopista Fluminense.

A Companhia é uma empresa brasileira com 60,0% do seu controle detido pela OHL Concesiones, sociedade espanhola que desenvolve desde novembro de 2000 atividades na área de promoção de infraestrutura (portos, aeroportos, rodovias e ferrovias), incluindo a seleção de projetos, participação em licitações, financiamento, construção e operação dos mesmos. Atualmente, a OHL Concesiones, além de ser acionista majoritária da OHL Brasil, administra diversas sociedades concessionárias de rodovias na Espanha, Chile, Peru, México e Argentina. A OHL Concesiones é subsidiária integral da OHL S.A. empresa espanhola do setor de construção e concessão e uma das líderes desses setores. Fundada há 98 anos e estabelecida atualmente em 21 países, a OHL S.A está listada na Bolsa de Madri desde 1991.

Para maiores informações acesse:

www.ohlbrasil.com.br

Este comunicado contém considerações futuras referentes a perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e de crescimento da OHL Brasil. Essas são apenas projeções e, como tal, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da OHL Brasil em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o plano de negócios da Companhia. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

ANEXO 1
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
(Em milhares de reais)			
ATIVO	31/03/12	31/12/11	31/03/11
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	1.119.889	1.178.454	1.237.183
Contas a receber	90.457	99.159	77.228
Contas a receber - partes relacionadas	90	94	91
Estoques	10.760	9.540	2.765
Despesas antecipadas	12.792	6.294	9.253
Impostos a recuperar	27.913	25.992	28.639
Aplicações financeiras vinculadas	40.428	67.132	51.730
Outros créditos	4.137	3.668	3.309
Total do ativo circulante	1.306.466	1.390.333	1.410.198
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	60.322	56.037	12.201
Cauções contratuais	120	100	97
Despesas antecipadas	309	31	1
Imposto de renda e contribuição social diferidos	104.992	100.651	91.598
Depósitos judiciais	14.709	14.603	14.815
Outras contas a receber	124	128	48
Investimentos	1.053	1.053	1.053
Imobilizado	51.312	52.617	50.153
Intangível	4.208.715	3.934.726	3.370.676
Total do ativo não circulante	4.441.656	4.159.946	3.540.642
TOTAL DO ATIVO	5.748.122	5.550.279	4.950.840
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	70.756	59.211	574.564
Debêntures	343.070	367.121	298.276
Fornecedores	108.498	113.541	60.433
Obrigações sociais	58.713	49.240	39.056
Obrigações fiscais	64.914	63.190	46.306
Contas a pagar - partes relacionadas	923	932	822
Cauções contratuais	39.206	35.556	26.488
Dividendos propostos	17.809	17.809	68.650
Credores pela concessão	63.825	64.096	60.743
Provisão para manutenção em rodovias	42.453	37.796	44.910
Provisão para investimentos em rodovias	38.365	58.535	22.778
Adiantamento seguros	66.553	72.154	104.558
Outras contas a pagar	16.097	6.299	15.225
Total do circulante	931.182	945.480	1.362.809
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	1.566.856	1.471.136	445.367
Debêntures	1.123.067	1.200.974	1.436.268
Credores pela concessão	277.309	287.196	312.980
Receita diferida	96	384	126
Imposto de renda e contribuição social diferidos	53.337	46.198	32.570
Provisão para manutenção em rodovias	202.361	183.124	143.761
Provisão para investimentos em rodovias	80.218	6.575	42.136
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	5.780	5.656	8.488
Outras contas a pagar	4.875	5.105	8.769
Total do exigível a longo prazo	3.313.899	3.206.348	2.430.465
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	592.124	592.124	549.083
Reserva legal	60.614	60.614	41.093
Reserva de lucros	872.574	767.984	589.661
Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial	(22.271)	(22.271)	(22.271)
Total do patrimônio líquido	1.503.041	1.398.451	1.157.566
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.748.122	5.550.279	4.950.840

ANEXO 2
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS					
(Em milhares de reais)					
	1T12	4T11	1T11	Var% 1T12/4T11	Var% 1T12/1T11
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	781.971	827.692	601.596	-5,5%	30,0%
Receitas de pedágio	496.496	504.062	434.337	-1,5%	14,3%
Estaduais	272.753	290.022	237.332	-6,0%	14,9%
Autovias	67.082	71.296	59.337	-5,9%	13,1%
Centrovias	70.006	73.131	59.521	-4,3%	17,6%
Intervias	75.091	80.064	65.239	-6,2%	15,1%
Vianorte	60.574	65.531	53.235	-7,6%	13,8%
Federais	223.743	214.040	197.005	4,5%	13,6%
Planalto Sul	22.846	22.146	21.992	3,2%	3,9%
Fluminense	38.055	33.879	31.509	12,3%	20,8%
Fernão Dias	54.745	52.430	47.364	4,4%	15,6%
Régis Bittencourt	64.829	63.695	59.150	1,8%	9,6%
Litoral Sul	43.268	41.890	36.990	3,3%	17,0%
Outras receitas	24.076	24.341	24.226	-1,1%	-0,6%
Receitas de obras	261.399	299.289	143.033	-12,7%	82,8%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(49.206)	(49.946)	(42.258)	-1,5%	16,4%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	732.765	777.746	559.338	-5,8%	31,0%
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(490.142)	(521.804)	(359.152)	-6,1%	36,5%
LUCRO BRUTO	242.623	255.942	200.186	-5,2%	21,2%
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	(38.969)	(42.967)	(35.735)	-9,3%	9,0%
Gerais e administrativas	(39.532)	(45.327)	(34.946)	-12,8%	13,1%
Remuneração da administração	(3.093)	(2.835)	(3.168)	9,1%	-2,4%
Despesas tributárias	(1.088)	(831)	(291)	30,9%	273,9%
Outras receitas operacionais, líquidas	4.744	6.026	2.670	-21,3%	77,7%
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(46.777)	(56.046)	(60.665)	-16,5%	-22,9%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	156.877	156.929	103.786	0,0%	51,2%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(52.287)	(52.200)	(33.001)	0,2%	58,4%
Corrente	(49.489)	(49.751)	(32.280)	-0,5%	53,3%
Diferido	(2.798)	(2.449)	(721)	14,3%	288,1%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	104.590	104.729	70.785	-0,1%	47,8%

ANEXO 3
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO		
(Em milhares de reais)		
	31/03/12	31/03/11
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO	104.590	70.785
Ajustes para conciliar lucro líquido com caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	53.877	48.385
Amortização de ágio em investimentos	-	-
Baixas de ativos imobilizados	1.343	9.587
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.798	721
Variação monetária e juros sobre credores da concessão	5.383	12.298
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(3.157)	(2.688)
Juros e variações monetárias de empréstimos	26.107	17.594
Juros e variações monetárias de debêntures	47.297	59.970
Despesas financeira AVP	(2.234)	2.657
Constituição (reversão) de provisão p/ riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	196	(1.446)
Constituição (reversão) de provisão p/ manutenção	19.032	(859)
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	8.702	7.200
Contas a receber - partes relacionadas	4	(2)
Estoques	(1.220)	54
Despesas antecipadas	(6.766)	(3.390)
Impostos a recuperar	(1.337)	(3.352)
Adiantamentos para novos projetos	-	-
Outros créditos	(469)	1.488
Cauções contratuais	(20)	-
Depósitos judiciais	(106)	(525)
Outras contas a receber	4	3
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	(11.374)	16.381
Fornecedores - partes relacionadas	(9)	6
Cauções contratuais	(229)	1.156
Obrigações sociais	9.595	(1.737)
Obrigações fiscais	43.695	25.962
Imposto de renda e contribuição social pagos	(41.772)	(29.943)
Receita diferida	(288)	(375)
Adiantamentos para seguros	(2.353)	-
Outras contas a pagar	12.031	81.100
Credores pela concessão	3	(118)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(72)	(276)
Pagamento de juros	(30.603)	(18.411)
Outros passivos	(16)	26
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	232.632	292.251
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de itens do ativo imobilizado	(1.755)	(4.156)
Adições ao intangível	(255.479)	(143.959)
Aplicações financeiras vinculadas	(97.299)	(84.596)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	122.292	119.922
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(232.241)	(112.789)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captações		
Empréstimos e financiamentos	117.476	43.342
Pagamento de juros e principal	(160.886)	(139.746)
Pagamento de credores pela concessão	(15.546)	(14.163)
Pagamento de dividendos	-	-
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(58.956)	(110.567)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(58.565)	68.895
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	1.178.454	1.168.288
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	1.119.889	1.237.183

GLOSSÁRIO

Concessionárias Estaduais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pelas vencedoras das Licitações, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a manutenção, conservação e operação de Concessão de Rodovias Estaduais e que tem como agência reguladora a ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo). A OHL Brasil administra atualmente 4 Concessionárias Estaduais em São Paulo (Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte).

Concessionárias Federais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pela vencedora da Licitação, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a exploração da Concessão de Rodovias Federais e que tem como agência reguladora a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). A OHL Brasil administra atualmente 5 concessionárias Federais no Brasil (Autopista Planalto Sul, Autopista Fluminense, Autopista Fernão Dias, Autopista Régis Bittencourt e Autopista Litoral Sul).

Veículos-Equivalentes: A unidade veículo-equivalente é usada como base para cobrança das tarifas de pedágio. Um automóvel de passeio é considerado um veículo-equivalente e um veículo comercial (caminhão ou ônibus) é computado pelo número de eixos possuído, sendo cada um deles contado como um veículo de passeio. Um veículo de passeio equivale a um eixo de veículo comercial.

Pedágio por Meio Eletrônico/Sistema AVI: O sistema AVI é um sistema eletrônico de pagamento em uso nas rodovias pedagiadas. Os motoristas que aderem ao sistema AVI instalam um sensor eletrônico no para-brisa, que os identifica e reconhece a categoria de veículos que dirigem. Ao passar por uma pista com sistema AVI na praça de pedágio, antenas captam os sinais emitidos e os sensores registram a presença do veículo e calculam o valor total a ser pago, sem a necessidade de o motorista parar o veículo.

Reajuste de Tarifas: Conforme estabelecido nos contratos de concessão do Estado de São Paulo, as tarifas de pedágio são reajustadas sempre no mês de julho com base na variação de 12 meses do IGP-M ocorrida até 31 de maio. A partir do reajuste a ser realizado no dia 1 de julho de 2012 o IGP-M será substituído pelo IPCA como base de reajuste. Os desequilíbrios econômico-financeiros provenientes da alteração do indexador serão avaliados bianualmente e reequilibrados com o tempo de contrato. Já os reajustes nas tarifas das concessões federais ocorrerão com base na variação do IPCA, calculado pelo IBGE, entre o mês anterior a data de referência na apresentação da proposta de tarifa, ou seja, junho de 2007, e o mês anterior à data de início de cobrança de pedágios. Após esse primeiro reajuste, os demais ocorrerão anualmente também pelo IPCA acumulado nos últimos 12 meses a contar do último reajuste.

Custos com o Poder Concedente: São pagamentos pré definidos nos contratos de concessão. Esses custos são compostos por: despesas com o 'Ônus Variável' relativos as concessionárias estaduais, que correspondem a 3% da Receita Bruta nas Concessionárias Autovias, Centrovias e Vianorte, e 3% da Receita de Pedágio acrescido de 25% da Receita Acessória; e por gastos com 'Verba de Fiscalização' e 'Desenvolvimento Tecnológico' nas concessionárias federais, que são reajustadas pelo IPCA anualmente.

Ônus Fixo: De acordo com os nossos contratos de concessão, as Concessionárias Estaduais devem pagar ao Poder Concedente um ônus fixo como contrapartida pela outorga da concessão. Estes contratos estabelecem também que o valor de tal ônus fixo deve ser pago em parcelas mensais ao longo do prazo de concessão. Optamos por contabilizar no nosso ativo o valor da outorga da concessão e no nosso passivo o total da dívida a pagar ao poder concedente pelo ônus fixo.

Atualização Monetária do Ônus Fixo: Os contratos de concessão entre as Concessionárias Estaduais e o Poder Concedente estabelecem o reajuste pelo IGP-M dos pagamentos mensais do ônus fixo, com vencimento a partir do décimo segundo mês a contar de cada 1º de julho, data na qual também se reajusta pelo mesmo índice a tarifa dos pedágios.

Grau de Alavancagem: A metodologia utilizada para determinar o grau de alavancagem leva em conta a relação Dívida Líquida (Dívida Bruta menos Disponibilidades e Caixa) dividido pelo EBITDA Ajustado pela reversão da provisão para manutenção, menos Pagamento do Ônus Fixo, constante no fluxo de caixa. Quanto menor for o grau de alavancagem maior poderá ser o montante de capital a ser financiado junto ao mercado de crédito.

Ajuste a Valor Presente (AVP): Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Complementarmente a esse processo, a CVM, por meio da Instrução nº 469, de 2 de maio de 2008, orientou as companhias abertas a respeito da divulgação e do registro contábil de determinadas alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Entre as principais alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, que impactam às informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia, está a obrigatoriedade da avaliação de ativos e passivos relevantes de longo prazo, tais como "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente", ao valor presente (Ajuste ao Valor Presente). Anteriormente a Companhia registrava o "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" pelo valor nominal.

Os efeitos dos ajustes ao valor presente ocorridos até 31/12/2007 das rubricas "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" foram contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia em 2008. A partir de 01/01/2008 os efeitos dos ajustes ao valor presente passaram a ser contabilizados diretamente nos resultados trimestrais.

OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“Sociedade”) é domiciliada na Rua Joaquim Floriano, 913 - 6º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. As informações trimestrais da Sociedade, individuais e consolidadas, relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2012 abrangem a Sociedade e suas controladas (conjuntamente referidas como “o Grupo OHL” e individualmente como “entidade do Grupo”). A Sociedade foi fundada em 9 de novembro de 1998.

No período de três meses findo em 31 de março de 2012 não ocorreram mudanças no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

A emissão das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pela Diretoria em 07 de maio de 2012.

2. CONCESSÕES

Com base nos seus objetivos sociais, a Sociedade participa, em 31 de março de 2012, em concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo e de rodovias federais.

No período de três meses findo em 31 de março de 2012 não ocorreram mudanças nas participações em Concessões, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, além do mencionado abaixo:

Concessionárias estaduais

As concessionárias estaduais estimam os montantes relacionados a seguir, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão:

Natureza dos custos	31.03.2012				Total
	<u>Autovias</u> Previsão de 2012 a 2018	<u>Centrovias</u> Previsão de 2012 a 2019	<u>Intervias</u> Previsão de 2012 a 2028	<u>Vianorte</u> Previsão de 2012 a 2018	
Melhorias na infraestrutura	93.369	32.005	429.459	40.390	595.223
Conserva especial	<u>214.964</u>	<u>190.688</u>	<u>239.870</u>	<u>185.077</u>	<u>830.599</u>
	308.333	222.693	669.329	225.467	1.425.822

Notas Explicativas

Concessionárias Federais

Recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores nominais da verba de fiscalização são como segue:

<u>Concessionária</u>	<u>Valor anual</u>	<u>Valor Remanescente no período da concessão</u>
Planalto Sul	1.846	38.612
Fluminense	2.665	55.747
Fernão Dias	7.916	165.577
Régis Bittencourt	8.436	176.453
Litoral Sul	<u>6.424</u>	<u>134.368</u>
	<u>27.287</u>	<u>570.757</u>

As concessionárias federais estimam os montantes relacionados a seguir, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

<u>Natureza dos custos</u>	31.03.2012 Previsão de abril 2012 a 2033					
	<u>Planalto Sul</u>	<u>Fluminense</u>	<u>Fernão Dias</u>	<u>Régis Bittencourt</u>	<u>Litoral Sul</u>	<u>Total</u>
Melhorias na infraestrutura	216.719	613.850	338.870	982.008	660.155	2.811.602
Recuperações/Manutenções	<u>347.774</u>	<u>388.775</u>	<u>705.544</u>	<u>555.477</u>	<u>575.227</u>	<u>2.572.797</u>
Total	564.493	1.002.625	1.044.414	1.537.485	1.235.382	5.384.399

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações financeiras para o período de três meses findo em 31 de março de 2012 da controladora e controladas foram elaboradas de acordo com a Deliberação CVM 581, de 31 de julho de 2009 que aprova o pronunciamento técnico CPC 21 e a IAS 34 Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As Informações trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial e a manutenção dos efeitos da amortização do ativo diferido existente na data de transição para IFRS, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Dessa forma, essas Informações trimestrais individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas Informações trimestrais separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo e o reconhecimento de ativo diferido no resultado, quando incorrido.

As demais informações relativas às: base de mensuração; moeda funcional e de apresentação; e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

Notas Explicativas

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais, individuais e consolidadas, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, exceto pelas atualizações abaixo:

4.1. Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Provisão para investimentos em rodovias - real	39.976	60.491
Provisão para investimentos em rodovias a valor presente	<u>38.365</u>	<u>58.535</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>1.611</u>	<u>1.956</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	43.845	39.058
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>42.453</u>	<u>37.796</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>1.392</u>	<u>1.262</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	66.296	65.730
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>63.825</u>	<u>64.096</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>2.471</u>	<u>1.634</u>
 <u>Não circulantes</u>		
Provisão para investimentos em rodovias - real	95.244	8.109
Provisão para investimentos em rodovias a valor presente	<u>80.218</u>	<u>6.575</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>15.026</u>	<u>1.534</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	261.969	237.450
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>202.361</u>	<u>183.124</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>59.608</u>	<u>54.326</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	330.741	344.515
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>277.309</u>	<u>287.196</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>53.432</u>	<u>57.319</u>

(*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 15.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do período.

4.2. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

Os pronunciamentos contábeis do IASB, a seguir, foram publicados e/ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e pela CVM e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade e por suas controladas em suas Informações trimestrais para o período findo em 31 de março de 2012. Tais pronunciamentos serão implantados à medida que suas aplicações tornarem-se obrigatórias, não sendo esperados efeitos relevantes nas Informações trimestrais.

Notas Explicativas

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 7 - Instrumentos Financeiros Divulgações	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros.	Períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2011.
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração.	Períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2013.
IFRS 10 - Informações trimestrais Consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar Informações trimestrais consolidadas e substitui o SIC -12.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em “joint ventures”, eliminando o método de consolidação proporcional.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando este é exigido por outros pronunciamentos.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (R) Informações trimestrais Consolidadas e Separadas	Alterações ao IAS 27 - Demonstrações Separadas.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 28 (R) Investimentos em Coligadas	Alterações ao IAS 28 - Investimento em Coligada e em Controlada.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 19 - Benefícios a empregados	Benefícios a empregados.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Adicionalmente, os pronunciamentos e interpretações do “International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC” listados a seguir entraram em vigor no exercício de 31 de dezembro de 2011 e, portanto, foram adotados nas Informações trimestrais para o período findo em 31 de março de 2012. Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas Informações trimestrais.

<u>Pronunciamento/Interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 1 - Modificações à IFRS 1 - Primeira Adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as entidades que fazem a adoção pela primeira vez	Períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2011.
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos Direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro	Períodos anuais iniciados em 1º de fevereiro de 2010.
IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento	Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa	Períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2011.
IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos e Capital	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais	Períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2010.

Notas Explicativas

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Caixa e contas bancárias	38	201	26.200	19.880
Aplicações financeiras (*)	<u>21.346</u>	<u>18.247</u>	<u>1.093.689</u>	<u>1.158.574</u>
Total	<u>21.384</u>	<u>18.448</u>	<u>1.119.889</u>	<u>1.178.454</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição é apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	-	-	17.983	8.151
Debêntures	-	-	1.253	1.396
Fundos de investimentos	<u>21.346</u>	<u>18.247</u>	<u>1.074.453</u>	<u>1.149.027</u>
Total	<u>21.346</u>	<u>18.247</u>	<u>1.093.689</u>	<u>1.158.574</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas na média a 104,10% da variação do CDI no período.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	81.492	91.376
Cupons de pedágio a receber	5.735	5.104
Cartões de pedágio a receber	1.428	1.059
Receitas acessórias a receber	644	182
Arrecadação de cartão de crédito	1.158	918
Outras	<u>-</u>	<u>520</u>
	<u>90.457</u>	<u>99.159</u>

A Administração da Sociedade e de suas controladas não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2012. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

(*) Conforme nota explicativa nº 24b.

Notas Explicativas**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

Estão representados por:

	Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011
Bases do ativo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	23.306	24.773
Provisão de participação nos lucros	8.316	5.207
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	5.253	6.093
Mudança de prática contábil (c)	7.918	8.232
Ágio incorporado da SPR (d)	23.699	25.392
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (g):		
Provisão para manutenção	193.618	177.216
Provisão para investimentos	2.659	2.619
Diferenças de intangível e imobilizado, líquidas	40.711	43.418
Ajuste dos encargos financeiros	<u>3.320</u>	<u>3.083</u>
Base de cálculo	308.800	296.033
Alíquota real	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do ativo não circulante	<u>104.992</u>	<u>100.651</u>
Bases do passivo diferido:		
Ajustes de leasing financeiro	100	110
Ajuste ao valor presente do registro da outorga (e)	3.254	16.185
Amortização do direito de outorga incorporado (f)	24.005	24.447
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (g):		
Provisão para manutenção	(50.178)	(43.481)
Efeitos da adoção do ICPC 01 sobre intangível e imobilizado, líquidas	169.409	146.792
Ajuste dos encargos financeiros	<u>10.283</u>	<u>(8.176)</u>
Base de cálculo	156.873	135.877
Alíquota real	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do passivo não circulante	53.337	46.198

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros limitados ao prazo de dez anos de realização, conforme a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.

(b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

(c) Mudança de prática contábil relacionada à adoção do ajuste a valor presente sobre obrigações com o Poder Concedente.

(d) Crédito de imposto de renda e contribuição social decorrente do processo de incorporação da controladora SPR - Sociedade para Participações em Rodovias S.A., constituído sobre a parcela do ágio amortizado pela controladora no período de dezembro de 2006 a setembro de 2010.

(e) Sobre o ajuste a valor presente do direito de outorga, conforme a nota explicativa nº 15.

Notas Explicativas

- (f) Crédito de imposto de renda e contribuição social decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na “parte B” do LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da controladora, a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, é amortizado à razão de 20% ao ano.
- (g) Imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados com base na alíquota de 34% sobre os ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade adotadas pelas IFRS.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e de suas controladas e suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

<u>Período a findar-se em</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
2012	7.829	1.403
2013	16.860	2.262
2014	15.921	2.361
2015	15.084	1.696
Acima de 2015	<u>49.298</u>	<u>45.615</u>
	104.992	53.337

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

As controladas da Sociedade mantêm aplicações financeiras vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo encontra-se breve descrição dessas obrigações:

Debêntures - Sinking Fund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, as controladas da Sociedade vêm retendo/depositando diariamente parte de seus recebíveis para fazer frente ao pagamento dos juros trimestrais e da parcela de principal das debêntures da 1ª série e dos juros anuais da 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. No período findo em 31 de março de 2012, essas aplicações foram remuneradas entre 101,4% e 105,4% da variação do CDI.

BNDES

As concessionárias federais devem depositar, em conta pagamento de instituição financeira parte das receitas operacionais, entre 43% e 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

Notas Explicativas

As controladas da Sociedade devem manter depositadas em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. Em 31 de março de 2012, essas aplicações foram remuneradas em média a 100,45% da variação do CDI.

Os valores dessas aplicações são como seguem:

	Consolidado			
	31.03.2012		31.12.2011	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Debêntures	40.428	-	67.132	52
BNDES	-	60.322	-	55.985
	<u>40.428</u>	<u>60.322</u>	<u>67.132</u>	<u>56.037</u>

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

Informações trimestrais - controladora

Os saldos dos investimentos em controladas são representados como seguem:

	31.03.2012						
	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Participação capital (%)</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo total</u>	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucro</u>
Autovias	125.040.451	100%	195.361	748.529	553.168	69.078	17.792
Centrovias	101.483.834	100%	139.687	623.229	483.542	65.242	16.423
Intervias	4.352.285	100%	215.113	812.766	597.653	70.520	24.961
Vianorte	1.132.038	100%	119.320	640.031	520.711	57.112	8.762
Planalto Sul	114.744.262	100%	124.229	398.990	274.761	58.134	422
Fluminense	65.196.208	100%	95.491	493.062	397.571	74.206	7.295
Fernão Dias	228.001.000	100%	226.206	904.843	678.637	99.356	2.383
Régis Bittencourt	109.747.902	100%	222.030	1.003.371	781.341	133.700	13.455
Litoral Sul	94.018.420	100%	125.064	606.796	481.732	89.404	9.035
Paulista (*)	500.000	100%	2.526	12.577	10.051	15.047	602
Latina Manutenção (*)	250.000	100%	27.779	88.895	61.116	85.658	4.934
Latina Sinalização (*)	250.000	100%	5.245	8.968	3.723	7.643	629

(*) Cotas.

Os saldos dos investimentos estão assim representados:

	31.12.2011						
	<u>Ações Ordinárias</u>	<u>Participação capital (%)</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo Total</u>	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucro</u>
Autovias	125.040.451	100%	180.274	757.355	577.081	252.136	66.256
Centrovias	101.483.834	100%	125.100	625.893	500.793	254.478	64.355
Intervias	4.352.285	100%	196.981	843.302	646.321	291.359	95.112
Vianorte	1.132.038	100%	131.740	650.972	519.232	230.647	27.020
Planalto Sul	114.744.262	100%	123.807	375.044	251.237	200.071	3.725
Fluminense	65.196.208	100%	88.196	440.408	352.212	214.906	19.391
Fernão Dias	228.001.000	100%	223.823	859.100	635.277	391.970	17.548
Régis Bittencourt	109.747.902	100%	208.575	936.885	728.310	489.939	54.066

Notas Explicativas

Litoral Sul	94.018.417	100%	116.029	563.080	447.051	313.062	21.562
Paulista (*)	500.000	100%	1.924	10.548	8.624	56.516	3.715
Latina Manutenção (*)	250.000	100%	22.845	78.984	56.139	293.752	25.756
Latina Sinalização (*)	250.000	100%	4.616	8.717	4.101	29.649	2.775

(*) Cotas.

A movimentação dos saldos de investimentos no período findo em 31 de março de 2012 é como segue:

	Saldo em 31.12.2011	Aporte (redução) de capital	Juros sobre o capital próprio/ dividendos	Equivalência patrimonial do período	Saldos em 31.03.2012
Autovias	180.274	-	(2.705)	17.792	195.361
Centrovias	125.100	-	(1.836)	16.423	139.687
Intervias	196.981	-	(6.829)	24.961	215.113
Vianorte	131.740	-	(21.182)	8.762	119.320
Planalto Sul	123.807	-	-	422	124.229
Fluminense	88.196	-	-	7.295	95.491
Fernão Dias	223.823	-	-	2.383	226.206
Régis Bittencourt	208.575	-	-	13.455	222.030
Litoral Sul	116.029	-	-	9.035	125.064
Paulista	1.924	-	-	602	2.526
Latina Manutenção	22.845	-	-	4.934	27.779
Latina Sinalização	4.616	-	-	629	5.245
Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.	1.034	-	-	-	1.034
Outros investimentos	19	-	-	-	19
Total	<u>1.424.963</u>	<u>-</u>	<u>(32.552)</u>	<u>106.693</u>	<u>1.499.104</u>

10. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Controladora					Total
	Móveis Utensílios e Instalações	Edifícios	Benfeitorias em bens de terceiros	Outras imobilizações	Terrenos	
<u>Custo do imobilizado bruto</u>						
Saldo em 31.12.2011	2.299	2.782	1.782	2.052	586	9.501
Adições	1	-	-	283	-	284
Alienações/baixas	-	-	-	(69)	-	(69)
Saldo em 31.03.2012	2.300	2.782	1.782	2.266	586	9.716
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2011	(858)	(840)	(1.467)	(828)	-	(3.993)
Depreciações/amortizações	(52)	(28)	(64)	(103)	-	(247)
Alienações/baixas	-	-	-	27	-	27
Saldo em 31.03.2012	(910)	(868)	(1.531)	(904)	-	(4.213)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2011	1.441	1.942	315	1.224	586	5.508
Saldo em 31.03.2012	1.390	1.914	251	1.362	586	5.503

Notas Explicativas

A movimentação é como segue:

	Consolidado										
	Móveis, utensílios e instalações	Equipamento mobiliário	Prédios e benfeitorias	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado bruto</u>											
Saldo em 31.12.2011	6.635	11.066	2.721	6.682	17.813	8.767	586	21.688	2.147	348	78.453
Adições	116	242	5	215	449	35	-	439	297	-	1.798
Transferências	-	-	-	-	137	46	-	58	-	(280)	(39)
Alienações/baixas	(3)	(36)	-	(6)	(578)	-	-	(24)	(69)	-	(716)
Saldo em 31.03.2012	<u>6.748</u>	<u>11.272</u>	<u>2.726</u>	<u>6.891</u>	<u>17.821</u>	<u>8.848</u>	<u>586</u>	<u>22.161</u>	<u>2.375</u>	<u>68</u>	<u>79.496</u>
<u>Depreciação acumulada</u>											
Saldo em 31.12.2011	(2.130)	(5.529)	(1.541)	(3.604)	(5.641)	(1.363)	-	(5.176)	(852)	-	(25.836)
Depreciações/amortizações	(168)	(300)	(76)	(324)	(811)	(156)	-	(662)	(106)	-	(2.603)
Alienações/baixas	1	31	-	2	190	-	-	4	27	-	255
Saldo em 31.03.2012	<u>(2.297)</u>	<u>(5.798)</u>	<u>(1.617)</u>	<u>(3.926)</u>	<u>(6.262)</u>	<u>(1.519)</u>	<u>-</u>	<u>(5.834)</u>	<u>(931)</u>	<u>-</u>	<u>(28.184)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>											
Saldo em 31.12.2011	4.505	5.537	1.180	3.078	12.172	7.404	586	16.512	1.295	348	52.617
Saldo em 31.03.2012	4.451	5.474	1.109	2.965	11.559	7.329	586	16.327	1.444	68	51.312
Taxas de depreciação - %	10	11,7	10	21,7	20	4	-	15	20	-	-

Notas Explicativas

11. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

<u>Controladora</u>	<u>Softwares</u>
Custo do intangível:	
Saldo em 31.12.2011	872
Adições	<u>3</u>
Saldo em 31.03.2012	875
Amortização acumulada:	
Saldo em 31.12.2011	(426)
Amortização	<u>(39)</u>
Saldo em 31.03.2012	(465)
Intangível líquido:	
Saldo em 31.12.2011	446
Saldo em 31.03.2012	410

Notas Explicativas

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Direito de Exploração (d)	Intangível em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Saldo em 31.12.2011	4.407.061	351.939	130.144	13.817	9.997	519.527	9.700	5.442.185
Adições	158.987	-	-	179	-	164.701	2.239	326.106
Transferências / Incorporação	60.704	-	-	-	-	(58.907)	(1.764)	33
Alienações/baixas	(236)	-	-	-	-	(664)	-	(900)
Saldo em 31.03.2012	4.626.516	351.939	130.144	13.996	9.997	624.657	10.175	5.767.424
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2011	(1.286.637)	(168.569)	(43.834)	(7.819)	(600)	-	-	(1.507.459)
Amortização	(42.993)	(5.615)	(2.160)	(378)	(128)	-	-	(51.274)
Transferências	6	-	-	-	-	-	-	6
Alienações/baixas	18	-	-	-	-	-	-	18
Saldo em 31.03.2012	(1.329.606)	(174.184)	(45.994)	(8.197)	(728)	-	-	(1.558.709)
<u>Intangível líquido</u>								
Saldo em 31.12.2011	3.120.424	183.370	86.310	5.998	9.397	519.527	9.700	3.934.726
Saldo em 31.03.2012	3.296.910	177.755	84.150	5.799	9.269	624.657	10.175	4.208.715

Notas Explicativas

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 15.
- (c) Refere-se ao direito de outorga incorporado proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, que detinha participação no capital social da Autovias e Centrovias. Em exercícios anteriores essa rubrica era denominada “Ágio incorporado”. Por entender que, na essência, esse montante é relativo a direito de outorga, a Administração da Sociedade mudou a nomenclatura da rubrica para “Direito de outorga incorporado”. Esse valor está sendo amortizado com base na curva de tráfego projetada.
- (d) Refere-se a valor assumido para exploração de granito e gnaisses a serem utilizados em obras de infraestrutura de sociedades pertencentes ao Grupo OHL e instalação e guarda de equipamentos para a realização das obras.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Passivo circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,1% a.a. a 7,5% a.a.	57.140	46.848
Financiamento de equipamentos (FINAME) (b)	TJLP + 2,6% a.a. a 7,75% a.a.	8.093	6.931
Leasing (c)	CDI + 1,23% a.a. a 1,87% a.a.	5.433	5.342
Financiamento de Veículos (d)	16,63 a.a pré fixada	<u>90</u>	<u>90</u>
		70.756	59.211
Passivo não circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,21% a.a. a 5,3% a.a.	1.548.530	1.451.713
Financiamento de equipamentos (FINAME) (b)	TJLP + 2,6% a.a. a 7,93% a.a.	4.487	4.443
Leasing (c)	CDI + 1,0% a.a. a 3,7% a.a.	13.719	14.838
Financiamento de Veículos (d)	16,63 a.a pré fixada	<u>120</u>	<u>142</u>
		1.566.856	1.471.136
		<u>1.637.612</u>	<u>1.530.347</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.
- (b) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias.
- (c) Contratos modelo leasing financeiro, firmados com instituições financeiras para aquisição de veículos, equipamentos de informática e outros equipamentos. As garantias apresentadas são os próprios bens.
- (d) Cédulas de crédito bancário celebrado com o Banco Volkswagen para aquisição de veículos de uso administrativo, com prazo de amortização de 36 meses, a partir da data de formalização da transação, cujas garantias dessas cédulas são os próprios bens.

Notas Explicativas

As linhas de financiamento de longo prazo aprovadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nos últimos meses, destinadas aos programas de investimentos das concessionárias federais, contribuíram com a estratégia da Sociedade de alongar o perfil de sua dívida.

Em 31 de março de 2012, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2013	67.577
2014	98.620
2015	101.816
Após 2015	<u>1.298.843</u>
	1.566.856

No período de 31 de março de 2012, as concessionárias federais assinaram contratos com o BNDES para o financiamento dos investimentos de longo prazo.

Em 31 de março de 2012 não houve alteração nas cláusulas restritivas contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

A Sociedade e suas controladas estão cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das Informações Trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

Série	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimentos	31.03.2012		31.12.2011	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Autovias:							
1ª série (a)	285.000	CDI + 1,6% a.a.	Mar./2015	68.078	134.126	68.294	150.890
2ª série (a)	120.000	IPCA + 8% a.a.	Mar./2017	454	134.919	8.420	132.997
2ª emissão (b)	<u>1.000</u>	CDI + 1,7% a.a.	Nov./2015	<u>24.616</u>	<u>64.708</u>	<u>24.849</u>	<u>70.590</u>
	<u>406.000</u>			<u>93.148</u>	<u>333.753</u>	<u>101.563</u>	<u>354.477</u>
Custo de transação				<u>(892)</u>	<u>(1.310)</u>	<u>(951)</u>	<u>(1.511)</u>
				<u>92.256</u>	<u>332.443</u>	<u>100.612</u>	<u>352.966</u>
Centrovias:							
1ª série (a)	286.131	CDI + 1,7% a.a.	Mar./2015	68.357	134.659	68.575	151.489
2ª série (a)	<u>120.000</u>	IPCA + 8% a.a.	Mar./2017	<u>455</u>	<u>135.139</u>	<u>8.421</u>	<u>132.996</u>
	<u>406.131</u>			<u>68.812</u>	<u>269.798</u>	<u>76.996</u>	<u>284.485</u>
Custo de transação				<u>(758)</u>	<u>(1.116)</u>	<u>(775)</u>	<u>(1.280)</u>
				<u>68.054</u>	<u>268.682</u>	<u>76.221</u>	<u>283.205</u>
Intervias:							
1ª emissão (a)	307.947	CDI + 1,5% a.a.	Mar./2015	73.457	144.926	73.671	163.039
2ª emissão (b)	<u>3.000</u>	CDI + 1,7% a.a.	Nov./2015	<u>73.734</u>	<u>194.124</u>	<u>74.410</u>	<u>211.770</u>
	<u>310.947</u>			<u>147.191</u>	<u>339.050</u>	<u>148.081</u>	<u>374.809</u>
Custo de transação				<u>(1.049)</u>	<u>(1.061)</u>	<u>(1.139)</u>	<u>(1.289)</u>

Notas Explicativas

Série	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimentos	31.03.2012		31.12.2011	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
				<u>146.142</u>	<u>337.989</u>	<u>146.942</u>	<u>373.520</u>
Vianorte:							
1ª série (a)	153.776	CDI + 1,7% a.a.	Mar./2015	36.737	72.370	36.855	81.415
2ª série (a)	<u>100.000</u>	IPCA + 8% a.a.	Mar./2017	<u>378</u>	<u>112.432</u>	<u>7.016</u>	<u>110.830</u>
	<u>253.776</u>			37.115	184.802	43.871	192.245
Custo de transação				<u>(497)</u>	<u>(849)</u>	<u>(525)</u>	<u>(962)</u>
				<u>36.618</u>	<u>183.953</u>	<u>43.346</u>	<u>191.283</u>
Total				<u>343.070</u>	<u>1.123.067</u>	<u>367.121</u>	<u>1.200.974</u>

- (a) 1ª emissão de debêntures emitidas em 15 de março de 2010 com valor real unitário em 31 de março de 2012 de R\$1 cada uma.
- (b) 2ª emissão de debêntures emitidas em 22 de novembro de 2010 com valor real unitário em 31 de março de 2012 de R\$100 cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real em 31 de março de 2012 unitário acrescido, para as debêntures da 2ª série, da respectiva atualização monetária e, para todas as debêntures, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data de emissão	Valor real em 31.03.2012	Data de integralização	Valor Subscrito
1ª série	15.03.2010	724.907	26.04.2010	732.936
2ª série	15.03.2010	340.000	27.04.2010	345.382
1ª emissão	15.03.2010	307.947	26.04.2010	311.300
2ª emissão	22.11.2010	<u>400.000</u>	16.12.2010	<u>403.385</u>
Total		<u>1.772.854</u>		<u>1.793.003</u>

A remuneração das debêntures da 1ª série é paga trimestralmente todo dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro a partir de junho de 2010 e é amortizada trimestralmente desde 15 de março de 2011.

A remuneração das debêntures da 2ª série é paga anualmente todo dia 15 do mês de março, a partir de março de 2011, e será amortizada anualmente a partir de 15 de março de 2015. A remuneração das debêntures da 2ª emissão será paga trimestralmente todo dia 22 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro e está sendo amortizada trimestralmente desde 22 de novembro de 2011.

Em 31 de março de 2012, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das duas emissões apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2013 (A partir de 31 de março)	260.787
2014	328.467
2015	297.705
2016	117.986
2017	<u>118.122</u>
	<u>1.123.067</u>

As debêntures da 1ª e 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme

Notas Explicativas

divulgado na seção “Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública”, arquivado na CVM.

Em 31 de março de 2012, as controladas da Sociedade, emissora das debêntures, não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão das emissoras. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas.
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento (“Sinking Fund”), conforme descrito na nota 8.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

<u>Ativo circulante</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Contas a receber - partes relacionadas:				
Controladas:				
Autovias (a)	96	111	-	-
Centrovias (a)	96	110	-	-
Intervias (a)	99	111	-	-
Vianorte (a)	96	110	-	-
Planalto Sul (b)	217	229	-	-
Fluminense (b)	288	273	-	-
Fernão Dias (b)	325	306	-	-
Régis Bittencourt (b)	511	478	-	-
Litoral Sul (b)	380	362	-	-
Latina Manutenção	65	75	-	-
Latina Sinalização	65	73	-	-
Paulista	66	75	-	-
Autovias (e)	2.298	2.191	-	-
Centrovias (e)	1.560	1.438	-	-
Intervias (e)	2.445	-	-	-
Vianorte (e)	1.643	-	-	-
Planalto Sul (c)	11.745	10.644	-	-
Fluminense (c)	22.900	21.027	-	-
Fernão Dias (c)	41.705	38.278	-	-
Régis Bittencourt (c)	36.336	33.324	-	-
Litoral Sul (c)	21.268	19.275	-	-
Partes Relacionadas:				
OHL S.A. do Brasil	1	2	1	2
SPI	1	5	1	5
Ambient	1	-	1	-
OHL Cocesiones	87	87	87	87
Total	<u>144.294</u>	<u>128.584</u>	<u>90</u>	<u>94</u>

Notas Explicativas

<u>Ativo circulante</u>	<u>Controladora (*)</u>	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Dividendos a receber de controladas:		
Autovias	9.544	9.544
Centrovias	11.507	11.507
Vianorte	25.670	6.417
Planalto Sul	885	885
Fluminense	4.605	4.605
Régis Bittencourt	12.841	12.841
Litoral Sul	5.121	5.121
Total	<u>70.173</u>	<u>50.920</u>

Ativo não circulante

Contas a receber partes relacionadas - controladas:		
Planalto Sul (c)	37.000	37.000
Fluminense (c)	60.000	60.000
Fernão Dias (c)	110.000	110.000
Régis Bittencourt (c)	97.000	97.000
Litoral Sul (c)	67.000	67.000
Total	<u>371.000</u>	<u>371.000</u>

(*) Não há saldos no consolidado.

<u>Passivo circulante</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Empréstimos e financiamentos a controladas:				
Autovias (d)	45.006	41.415	-	-
Centrovias (d)	17.831	16.412	-	-
Intervias (d)	76.876	70.690	-	-
Total	<u>139.713</u>	<u>128.517</u>	-	-
Contas a pagar:				
Partes relacionadas:				
OHL Concesiones S.L.	68	68	68	68
Hur S.A.	266	274	266	274
Obrascon Huarte Lain S.A. (Espanha)	436	437	436	437
Participe en Brasil S.L.	153	153	153	153
Controladas:				
Centrovias (b)	8	5	-	-
Intervias (b)	4	1.112	-	-
Latina Sinalização	2	2	-	-
Litoral Sul (b)	8	26	-	-
Total	<u>945</u>	<u>2.077</u>	<u>923</u>	<u>932</u>

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos a controladas:				
Autovias (d)	114.000	114.000	-	-
Centrovias (d)	45.000	45.000	-	-
Intervias (d)	197.000	197.000	-	-
Total	<u>356.000</u>	<u>356.000</u>	-	-

Notas Explicativas

- (a) Referem-se a despesas administrativas das concessionárias estaduais pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas por suas controladas.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo OHL.
- (c) Contratos de mútuo ativo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano com vencimentos dos juros, a partir de dezembro de 2012 e do principal a partir de dezembro de 2013.
- (d) Contratos de mútuo passivo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano com vencimentos dos juros, a partir de dezembro de 2012 e do principal a partir de dezembro de 2013.
- (e) Refere-se a juros sobre capital próprio a receber.

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas:		
Controladas:		
Autovias	(4.225)	(4.077)
Centrovias	(1.670)	(1.611)
Intervias	(7.278)	(7.022)
Planalto Sul	1.295	1.727
Fluminense	2.203	2.126
Fernão Dias	4.032	3.890
Régis Bittencourt	3.544	4.211
Litoral Sul	2.346	2.263
Partes relacionadas:		
Obrascon Huarte Lain S.A. (Espanha)	(40)	(1)
Hur S.A.	48	(7)
Total	<u>255</u>	<u>1.499</u>

No decorrer do período findo em 31 de março de 2012, os montantes de R\$ 1.225 (R\$1.405 em 31 de março de 2011) na controladora e R\$ 3.093 (R\$3.168 em 31 de março de 2011) no consolidado, foram reconhecidos a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração dos administradores, os quais não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e/ou a suas controladas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade e suas controladas proveem a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade e de suas controladas. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade e suas controladas com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

Notas Explicativas

15. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se aos valores dos ônus das concessões obtidas pelas controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte, devidos ao DER/SP pela outorga das concessões estaduais, ajustados a valor presente.

Os valores dos ônus das concessões serão liquidados em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998 pela Autovias, em junho de 1998 pela Centrovias, em fevereiro de 2000 pela Intervias e em março de 1998 pela Vianorte. Os montantes são reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Conforme comentado na nota explicativa nº 2, em 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o TAM em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor das Sociedades ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação ainda deve ser aprovada pelo Secretário Estadual de Logística e Transportes.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

<u>Circulante</u>		Consolidado			
		Valor presente		Valor real em(*)	
		31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Autovias	Direito de outorga	6.489	6.431	6.663	6.603
	Parcela variável (a)	723	720	723	720
Centrovias	Direito de outorga	9.709	9.623	9.969	9.881
	Parcela variável (a)	743	747	743	747
Intervias	Direito de outorga	5.933	5.988	6.204	6.149
	Parcela variável (b)	900	885	900	884
Vianorte	Direito de outorga	38.679	39.042	40.445	40.086
	Parcela variável (a)	649	660	649	660
Total		<u>63.825</u>	<u>64.096</u>	<u>66.296</u>	<u>65.730</u>

<u>Não circulante</u>		Consolidado			
		Valor presente		Valor real em(*)	
		31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Autovias	Direito de outorga	30.316	31.338	36.297	37.740
Centrovias	Direito de outorga	43.522	45.082	51.805	53.976
Intervias	Direito de outorga	34.462	35.299	42.639	43.926
Vianorte	Direito de outorga	169.009	175.477	200.000	208.873
Total		<u>277.309</u>	<u>287.196</u>	<u>330.741</u>	<u>344.515</u>

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

Notas Explicativas

- (a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.
- (b) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal de pedágio e 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

A quantidade de parcelas a partir de 31 de março de 2012 está assim representada:

	Parcelas		Total
	Circulante	Não circulante	
Autovias	12	65	77
Centrovias	12	62	74
Intervias	12	82	94
Vianorte	12	59	71

Os valores pagos pelas controladas da Sociedade no decorrer do período findo em 31 de março de 2012 ao Poder Concedente estão assim representados:

	Outorga		Valor pago
	Fixa	Variável	
Autovias	1.636	2.029	3.665
Centrovias	2.449	2.127	4.576
Intervias	1.524	2.525	4.049
Vianorte	9.937	1.840	11.777
Total	<u>15.546</u>	<u>8.521</u>	<u>24.067</u>

As concessões de rodovias federais não compreendem pagamentos de concessão por serem referentes à modalidade de oferta de menor tarifa de pedágio.

Em 31 de março de 2012, as parcelas relativas ao valor real classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2013	47.734
2014	63.646
Após 2014	<u>219.361</u>
	330.741

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade e suas controladas têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade e de suas controladas.

Notas Explicativas

A movimentação do saldo consolidado dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 31 de março de 2012 são conforme segue:

	<u>31.12.2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.03.2012</u>
Cíveis	2.404	243	(138)	(52)	1	2.458
Trabalhistas	3.255	230	(143)	(20)	-	3.322
Fiscais	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>5.656</u>	<u>473</u>	<u>(278)</u>	<u>(72)</u>	<u>1</u>	<u>5.780</u>

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são parte em processos cíveis, trabalhistas e fiscais ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais. Tais processos representam os montantes de R\$7.221 R\$4.344 e R\$194, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de março de 2012 (R\$8.539, R\$2.656 e R\$796, respectivamente em 31 de dezembro de 2011).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção, conforme descritos nas notas explicativas nº 2 e nº 4.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período findo em 31 de março de 2012 são conforme seguem:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>
Saldos em 31.12.2011	37.796	58.535	183.124	6.575
Adições	269	17.714	42.660	44.302
Utilizações	(19.035)	(1.313)	-	(7.230)
Transferências	<u>23.423</u>	<u>(36.571)</u>	<u>(23.423)</u>	<u>36.571</u>
Saldos em 31.03.2012	<u>42.453</u>	<u>38.365</u>	<u>202.361</u>	<u>80.218</u>

Os pagamentos efetuados no período, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$21.813.

Notas Explicativas

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de março de 2012 é de R\$592.124 (R\$592.124 em 31 de dezembro de 2011) e está representado por 68.888.888 ações ordinárias sem valor nominal em 31 de março de 2012, conforme demonstrado a seguir:

	31.03.2012	
	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Participação - %</u>
Participes en Brasil S.L.	41.333.326	60,00
Credit Suisse Hedging Griffo	7.926.169	11,50
Kendall Develops S.L.	3.444.445	5,00
Conselho de Administração	107	0,00
Outros	<u>16.184.841</u>	<u>23,50</u>
Total	<u>68.888.888</u>	<u>100,00</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos (controladora):

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	Consolidado	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>
Receita de serviços prestados	496.496	434.337
Receita de serviços de construção	261.399	143.033
Outras receitas	<u>24.076</u>	<u>24.226</u>
	<u>781.971</u>	<u>601.596</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

Notas Explicativas

	Consolidado	
	31.03.2012	31.03.2011
Receita bruta	781.971	601.596
ISSQN	(28.845)	(24.376)
PIS	(3.433)	(3.013)
COFINS	(15.856)	(13.899)
Outras deduções	<u>(1.072)</u>	<u>(970)</u>
Receita líquida	<u>732.765</u>	<u>559.338</u>

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

<u>Estão representados por</u>	Consolidado	
	31.03.2012	31.03.2011
Custos:		
Custo de construção	261.399	143.033
Com pessoal	28.715	24.684
Serviços de terceiros	36.890	36.682
Depreciação / amortização	49.403	45.088
Custos com poder concedente	8.525	7.422
Seguros / garantias	2.787	998
Conservação	27.625	19.048
Provisão para manutenção em rodovias	45.968	49.371
Taxa fiscalização	8.598	8.103
Outros	<u>20.232</u>	<u>24.723</u>
Total	<u>490.142</u>	<u>359.152</u>

<u>Despesas</u>	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.03.2011	31.03.2012	31.03.2011
Com pessoal	2.602	3.828	16.328	16.417
Serviços de terceiros	789	526	7.160	6.750
Depreciação / amortização	286	244	4.474	3.297
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-	-	207	(1.450)
Seguros / garantias	13	-	582	1.495
Despesas com projetos	2.166	-	2.166	-
Outros	<u>1.138</u>	<u>1.318</u>	<u>8.615</u>	<u>8.437</u>
Total	<u>6.994</u>	<u>5.916</u>	<u>39.532</u>	<u>34.946</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.03.2011	31.03.2012	31.03.2011
Receitas financeiras:				
Juros ativos	13.420	14.471	4.791	2.376
Aplicações financeiras	804	2.072	27.268	34.542
Encargos Financeiros - reversão de ajuste a valor presente	-	-	8.382	-
Outras receitas	<u>2</u>	<u>1</u>	<u>249</u>	<u>86</u>
Total receitas	<u>14.226</u>	<u>16.544</u>	<u>40.690</u>	<u>37.004</u>

Notas Explicativas

Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(13.172)	(12.711)	(73.671)	(77.564)
Atualização monetária do ônus da concessão	-	-	(5.044)	(12.298)
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	-	-	(6.399)	(2.656)
Outras despesas	-	-	(2.355)	(5.088)
Total despesas	<u>(13.172)</u>	<u>(12.711)</u>	<u>(87.469)</u>	<u>(97.606)</u>

21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do ativo imobilizado e do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	68.925	40.548
Integralização de capital	2.245	-
Juros capitalizados	5.918	3.442

22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real em 31 de março de 2012 do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2012 e de 2011 é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	102.585	67.888	156.877	103.786
Aliquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(34.879)	(23.082)	(53.338)	(35.287)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	36.276	23.534	-	-
Ágio amortizado e direito de outorga incorporado advindo de empresa cedida e incorporada	-	-	-	192
Juros sobre o capital próprio recebidos	(3.177)	-	-	-
Crédito sobre prejuízo fiscal e prejuízos fiscais sobre os quais não houve reconhecimento de efeitos diferidos de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	410
Outros ajustes	<u>536</u>	<u>(452)</u>	<u>1.051</u>	<u>1.684</u>
Despesa contabilizada	<u>(1.244)</u>	<u>-</u>	<u>(52.287)</u>	<u>(33.001)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(1.244)	-	(49.489)	(32.280)
Diferidos	-	-	(2.798)	(721)

Os efeitos de determinados itens na reconciliação mencionada, sobre os quais não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrem de situações

Notas Explicativas

fiscais específicas de empresas que não atenderam às condições previstas na norma contábil para o respectivo reconhecimento do ativo fiscal diferido.

23. LUCRO POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

<u>Básico</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>
Lucro líquido do período	101.341	67.888	104.590	70.785
Número de ações durante o ano	<u>68.889</u>	<u>68.889</u>	<u>68.889</u>	<u>68.889</u>
Lucro por ação - básico	<u>1,4711</u>	<u>0,9855</u>	<u>1,5182</u>	<u>1,0275</u>
 <u>Diluído</u>				
Lucro utilizado na apuração do lucro básico por ação	101.341	6.788	104.590	70.785
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação	<u>68.889</u>	<u>68.889</u>	<u>68.889</u>	<u>68.889</u>
Lucro por ação - diluído	<u>1,4711</u>	<u>0,0985</u>	<u>1,5182</u>	<u>1,0275</u>

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, exceto pelas atualizações abaixo:

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de março de 2012, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

Notas Explicativas

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>
CDI	9,5%	11,80%	14,25%
Juros a incorrer (*)	(97.859)	(118.429)	(141.198)
Receita de aplicações financeiras	106.649	133.127	159.605
TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
Juros a incorrer (*)	(126.785)	(150.714)	(174.613)
IPCA	5,19%	6,49%	7,79%
Juros a incorrer (*)	(51.741)	(58.208)	(62.214)
Juros a Incorrer líquido	(169.736)	(194.224)	(218.420)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN de 30.03.2012.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

b) Risco de crédito

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, as controladas apresentavam valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$81.492 e R\$91.376, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

As controladas possuem carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Notas Explicativas

Modalidade	Taxa de juros	2012	2013	2014	2015	2015	Total
	(média ponderada)					em diante	
	efetiva % a.a.						
Debêntures	12,89	347.164	462.501	430.831	414.387	362.044	2.016.927
BNDDES	7,57	129.070	181.415	187.951	191.363	1.718.243	2.408.042
Finame	8,12	5.420	3.874	554	216	124	10.188
Credores pela concessão	4,85	59.156	64.801	67.388	70.416	180.093	441.854
Leasing	5,83	4.702	6.441	6.650	5.042	-	22.835
Banco Volks	16,63	68	90	52	-	-	210
Total		<u>545.580</u>	<u>719.122</u>	<u>693.426</u>	<u>681.424</u>	<u>2.260.504</u>	<u>4.900.056</u>

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Sociedade adotou o CPC 22 e a IFRS 8 - Informações por Segmento a partir de 1º de janeiro de 2009, os quais requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios em construção e concessão de rodovias. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características estão mencionadas nas notas explicativas nº 2 e nº 4.1.

a) Demonstração do resultado e ativos por segmento

	31.03.2012				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
Receita líquida do segmento	716.752	108.348	825.100	(92.335)	732.765
Custos	<u>(491.811)</u>	<u>(93.913)</u>	<u>(585.724)</u>	<u>95.582</u>	<u>(490.142)</u>
Lucro bruto	224.941	14.435	239.376	3.247	242.623
Despesas gerais e administrativas	(29.721)	(4.865)	(34.586)	(9.127)	(43.713)
Outras (despesas) receitas operacionais	785	-	785	3.959	4.744
Receitas financeiras	52.796	256	53.052	(12.362)	40.690
Despesas financeiras	(100.322)	(569)	(100.891)	13.422	(87.469)
Variação cambial líquida	-	-	-	2	2
Lucro operacional antes dos impostos	<u>148.479</u>	<u>9.257</u>	<u>157.736</u>	<u>(859)</u>	<u>156.877</u>
Imposto de renda e contribuição social:					
Correntes	(44.598)	(3.647)	(48.245)	(1.244)	(49.489)
Diferidos	<u>(3.352)</u>	<u>555</u>	<u>(2.797)</u>	<u>(1)</u>	<u>(2.798)</u>
Lucro do período	<u>100.529</u>	<u>6.165</u>	<u>106.694</u>	<u>(2.104)</u>	<u>104.590</u>
	31.03.2011				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e Holding	Saldo Consolidado
Receita líquida do Segmento	541.643	73.908	615.551	(56.213)	559.338
Custos	<u>(358.088)</u>	<u>(60.030)</u>	<u>(418.118)</u>	<u>58.966</u>	<u>(359.152)</u>
Lucro bruto	183.555	13.878	197.433	2.753	200.186
Despesas Gerais e Administrativas	(27.285)	(3.866)	(31.151)	(7.254)	(38.405)
Outras (despesas) receitas operacionais	423	-	423	2.247	2.670
Receitas Financeiras	45.135	133	45.268	(8.264)	37.004
Despesas Financeiras	(109.278)	(476)	(109.754)	12.148	(97.606)
Variação Cambial Líquida	-	-	-	(63)	(63)
Lucro operacional antes dos impostos	<u>92.550</u>	<u>9.669</u>	<u>102.219</u>	<u>1.567</u>	<u>103.786</u>
Imposto de Renda e contribuição social:					
Correntes	(29.951)	(2.325)	(32.276)	(4)	(32.280)
Diferidos	<u>185</u>	<u>(910)</u>	<u>(725)</u>	<u>4</u>	<u>(721)</u>
Lucro do período	<u>62.784</u>	<u>6.434</u>	<u>69.218</u>	<u>1.567</u>	<u>70.785</u>

Notas Explicativas

b) Balanços por segmento

Ativos	31.03.2012			Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
	Concessão	Construção	Total		
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	1.087.894	10.611	1.098.505	21.384	1.119.889
Contas a receber	90.457	-	90.457	-	90.457
Aplicações financeiras vinculadas	40.428	-	40.428	-	40.428
Contas a receber partes relacionadas	139.727	42.920	182.647	(182.557)	90
Outros circulantes	31.153	13.632	44.785	10.817	55.602
Total circulantes	1.389.659	67.163	1.456.822	(150.356)	1.306.466
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras vinculadas	60.322	-	60.322	-	60.322
Contas a receber partes relacionadas	356.000	-	356.000	(356.000)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	102.667	2.325	104.992	-	104.992
Outros não circulantes	10.562	174	10.736	5.579	16.315
Imobilizado	14.594	31.215	45.809	5.503	51.312
Intangível	4.198.742	9.563	4.208.305	410	4.208.715
Diferido	99.071	-	99.071	(99.071)	-
Total não circulantes	4.841.958	43.277	4.885.235	(443.579)	4.441.656
Total dos ativos	6.231.617	110.440	6.342.057	(593.935)	5.748.122
Passivos					
CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	64.926	5.830	70.756	-	70.756
Debêntures	343.070	-	343.070	-	343.070
Fornecedores	88.840	19.257	108.097	401	108.498
Obrigações sociais e fiscais	96.457	27.365	123.822	(195)	123.627
Credores pela concessão	63.825	-	63.825	-	63.825
Dividendos propostos	70.172	-	70.172	(52.363)	17.809
Provisão Manutenção / Investimentos	80.818	-	80.818	-	80.818
Adiantamento de seguros	66.553	-	66.553	-	66.553
Outros circulantes	228.509	3.740	232.249	(176.023)	56.226
Total circulantes	1.103.170	56.192	1.159.362	(228.180)	931.182
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	1.553.071	13.785	1.566.856	-	1.566.856
Debêntures	1.123.067	-	1.123.067	-	1.123.067
Credores pela concessão	277.309	-	277.309	-	277.309
Provisão manutenção/investimento	282.579	-	282.579	-	282.579
Outros não circulantes	429.922	4.913	434.835	(370.747)	64.088
Total não circulantes	3.665.948	18.698	3.684.646	(370.747)	3.313.899
Patrimônio líquido	1.462.499	35.550	1.498.049	4.992	1.503.041
Total dos passivos	6.231.617	110.440	6.342.057	(593.935)	5.748.122
31.12.2011					
Ativos	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	1.151.090	8.916	1.160.006	18.448	1.178.454
Contas a receber	99.086	73	99.159	-	99.159
Aplicações financeiras vinculadas	67.132	-	67.132	-	67.132
Contas a receber partes relacionadas	129.726	34.451	164.177	(164.083)	94
Outros circulantes	23.827	11.072	34.899	10.595	45.494
Total circulantes	1.470.861	54.512	1.525.373	(135.040)	1.390.333
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras vinculadas	56.037	-	56.037	-	56.037
Contas a receber partes relacionadas	356.000	-	356.000	(356.000)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	98.881	1.770	100.651	-	100.651

Notas Explicativas

Outros não circulantes	10.306	122	10.428	5.487	15.915
Imobilizado	14.975	32.134	47.109	5.508	52.617
Intangível	3.924.569	9.711	3.934.280	446	3.934.726
Diferido	<u>102.318</u>	<u>-</u>	<u>102.318</u>	<u>(102.318)</u>	<u>-</u>
Total não circulantes	<u>4.563.086</u>	<u>43.737</u>	<u>4.606.823</u>	<u>(446.877)</u>	<u>4.159.946</u>
Total dos ativos	<u>6.033.947</u>	<u>98.249</u>	<u>6.132.196</u>	<u>(581.917)</u>	<u>5.550.279</u>

Passivos	31.12.2011			Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
	Concessão	Construção	Total		
CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	53.447	5.764	59.211	-	59.211
Debêntures	367.121	-	367.121	-	367.121
Fornecedores	93.171	19.159	112.330	1.211	113.541
Obrigações sociais e fiscais	83.449	20.553	104.002	8.428	112.430
Credores pela concessão	64.096	-	64.096	-	64.096
Dividendos propostos	50.919	-	50.919	(33.110)	17.809
Provisão manutenção / investimentos	96.331	-	96.331	-	96.331
Adiantamento de seguros	72.154	-	72.154	-	72.154
Outros circulantes	<u>201.730</u>	<u>3.304</u>	<u>205.034</u>	<u>(162.247)</u>	<u>42.787</u>
Total circulantes	1.082.418	48.780	1.131.198	(185.718)	945.480
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	1.456.157	14.979	1.471.136	-	1.471.136
Debêntures	1.200.974	-	1.200.974	-	1.200.974
Credores pela concessão	287.196	-	287.196	-	287.196
Provisão manutenção / investimento	189.699	-	189.699	-	189.699
Outros não circulantes	<u>422.978</u>	<u>5.105</u>	<u>428.083</u>	<u>(370.740)</u>	<u>57.343</u>
Total não circulantes	3.557.004	20.084	3.577.088	(370.740)	3.206.348
Patrimônio líquido	1.394.525	29.385	1.423.910	(25.459)	1.398.451
Total dos passivos	<u>6.033.947</u>	<u>98.249</u>	<u>6.132.196</u>	<u>(581.917)</u>	<u>5.550.279</u>

26. GARANTIAS E SEGUROS

As concessionárias, por força contratual, mantêm regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, as concessionárias mantêm coberturas de seguros para garantir a cobertura de riscos inerentes às suas atividades, inclusive seguros do tipo "todos os riscos" para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 31 de março de 2011, as coberturas de seguros das controladas são resumidas como segue:

Notas Explicativas

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização - estaduais</u>			
		<u>Autovias</u>	<u>Centrovias</u>	<u>Intervias</u>	<u>Vianorte</u>
Por Sinistro	Riscos patrimoniais/perda de receita	180.000	180.000	180.000	180.000
	Responsabilidade civil	25.000	25.000	25.000	25.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	86.633	108.635	133.985	118.762

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização - federais</u>				
		<u>Planalto Sul</u>	<u>Fluminense</u>	<u>Fernão Dias</u>	<u>Régis Bittencourt</u>	<u>Litoral Sul</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita	180.000	180.000	180.000	180.000	180.000
	Responsabilidade civil	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	45.987	66.634	117.408	125.236	95.089

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade mantém apólice de seguros de responsabilidade civil para os conselheiros, diretores e administradores, com limite de indenização no montante de R\$44.058.

27. FATOS RELEVANTES

A OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. (“Companhia”), em cumprimento ao disposto no Artigo 157, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), e na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, vêm a público informar que:

Abertis Infraestructuras S.A. (“Abertis”) e a controladora indireta da Companhia, Obrascón Huarte Laín, S.A. (“OHL”) celebraram um acordo de intenções (“Acordo de Intenções”), que prevê a integração, na Abertis, da Companhia indiretamente, por meio de reestruturação societária de sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia sediadas na Espanha, após o que a OHL se converterá em um dos acionistas de referencia da Abertis.

A operação consistiria na cisão parcial da OHL Concesiones S.A. (“OHL Concesiones”), subsidiária da OHL e titular de 100% do capital social de Partícipes en Brasil S.L. (“Partícipes”) sendo que a parcela cindida será incorporada pela Abertis. A OHL Concesiones é a subsidiária responsável pelos negócios de concessão da OHL, que por sua vez detém 100% do capital social da Partícipes a, qual, por fim, detém participação de 60% no capital social da Companhia.

A operação implicaria a integração na Abertis de um património cindido do qual formariam parte Partícipes, SPI-Sociedade para Participações em Infraestrutura, S.A. e certos passivos associados a estas entidades, recebendo a OHL como resultado da reorganização uma participação no capital da Abertis de 10%. Estima-se que os referidos passivos sejam de aproximadamente 530 milhões de euros (se o valor destes passivos fosse distinto proceder-se-ia aos ajustes necessários sem que tal afetasse a percentagem indicada no capital da Abertis).

Notas Explicativas

Para levar a cabo a operação de cisão não se prevê que a Abertis emita novas ações, já que entregaria em troca ações próprias adquiridas, se tal fosse o caso, anteriormente à data do fechamento da operação.

A Companhia permanecerá como companhia aberta no Brasil e seguirá com sua estratégia de desenvolvimento, a ser implementada por meio de novos projetos de crescimento.

O Acordo de Intenções também prevê, como operação independente, a compra pela Abertis em troca de um preço em dinheiro dos ativos de concessão da OHL no Chile, que foram avaliados para os efeitos desta operação em 200 milhões de euros, aproximadamente.

Por fim, as operações referidas no presente fato relevante estão pendentes de diversos requisitos e trâmites habituais neste tipo de processos, entre eles a negociação dos contratos definitivos, sendo intenção das partes informar o mercado com mais detalhes sobre as características e condições dessas operações quando as mesmas sejam definitivamente estabelecidas. Em qualquer caso, o Acordo de Intenções ressalta o seu carácter não vinculante e a necessidade de aprovação das operações pelos conselhos de administração de OHL e Abertis.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Sociedade:

A Sociedade aprovou em Assembleia geral Ordinaria e Extraordinária do dia 25 de abril de 2012, a proposta da Administração para o desdobramento da totalidade das suas ações ordinárias na proporção de 1:5 de forma que cada ação ordinária passará a ser representada por 5 ações ordinárias pós-desdobramento. Com isto, o capital social da Companhia passou a ser representado por 344.444.440 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. O crédito das ações decorrentes do desdobramento ocorrerá no dia 02 de maio de 2012, na instituição financeira escrituradora da Companhia, considerando a posição acionária do dia 25 de abril de 2012.

Nesta mesma assembléia, os acionistas aprovaram aumento de capital social, mediante a capitalização de lucros, no valor de R\$87.845.386,61, passando o capital social a R\$679.969.520,61 dividido em 344.444.440 ações ordinárias, sem emissão de novas ações.

Planalto Sul:

No dia 24 de abril de 2012 a Sociedade obteve a quinta liberação de parte do Subcrédito A no valor de R\$939 mil, e terceira liberação do Subcrédito B no valor de R\$14.506 mil, totalizando R\$23.093 mil do empréstimo de longo prazo celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Na mesma data, houve subscrição de capital no valor de R\$17.884 mil por parte da controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. onde R\$ 17.000 mil deverá ser integralizado em moeda corrente nacional em até 30 dias da subscrição, e R\$ 884 mil foi integralizado em moeda corrente nacional mediante a compensação com o valor dos dividendos distribuídos. Foram emitidas 16.518.700 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1,0827.

Notas Explicativas

Fluminense:

Em Assembléia Geral Ordinária/Extraordinária realizada em 25 de abril de 2012, foi deliberado e aprovado aumento de capital social da Sociedade no montante total de R\$14.495, com emissão de 9.896.919 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal pelo preço de emissão de R\$1,46464, sendo parte deste aumento através de compensação com o saldo de dividendos propostos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 no valor de R\$4.605 mil e parte através da capitalização de R\$9.890 mil referentes a créditos que a Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. detém na Sociedade em razão de contratos de mútuos celebrados. A partir da data de 25 de abril de 2012, o capital social da Sociedade passa a ser de R\$79.968 mil, representado por 75.093.130 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao período anterior

As Informações Trimestrais (ITR) incluem, também, informações contábeis comparativas referentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011, obtidas das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e ao resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2011, obtidas das correspondentes Informações Trimestrais (ITR) referentes ao período de

três meses findo em 31 de março de 2010. O exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e a revisão limitada das Informações Trimestrais (ITR) em 31 de março de 2011 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificações em 22 de março de 2012 (as ITR referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2010 foram apresentadas em 10 de maio de 2011). Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

São Paulo, 07 de Maio de 2012.

BDO RCS Auditores Independentes
CRC 2SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1SP 124504/O-9

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1SP 139268/O-6

As folhas das ITR, por nós revisadas, estão rubricadas tão somente para fins de identificação.

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em reunião realizada nesta data, às 12:00 horas, os membros do Conselho Fiscal da OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. ("Companhia"), atendendo ao disposto no Artigo 163 da Lei nº 6.404/76, após análise dos documentos, manifestaram sua concordância com o teor das Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes e Notas Explicativas, relativos ao 1º trimestre de 2012.

São Paulo, 7 de maio de 2012.

Ronaldo Fiorini
Conselheiro Fiscal

Carlos Eduardo de Abreu Sodré
Conselheiro Fiscal

Eduardo Cysneiros de Moraes
Conselheiro Fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da OHL Brasil S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de março de 2012.

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Felipe Ezquerria Plasencia
Diretor Vice Presidente

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Márcio Travain
Diretor Administrativo Financeiro

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Luis Manuel Eusébio Ifigo
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da OHL Brasil S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de março de 2012.

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Felipe Ezquerria Plasencia
Diretor Vice Presidente

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Márcio Travain
Diretor Administrativo Financeiro

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Luis Manuel Eusébio Ifigo
Diretor